

# CRISE DA CIVILIZAÇÃO E CRIME ORGANIZADO

**Um ensaio sobre as deficiências estruturais e as patologias sígnicas que a política democrática enfrenta no limiar da idade pós-moderna.<sup>1</sup>**

**Por Eduardo Dutra Aydos**

*O verdadeiro intelectual, quando não sucumbe ao dogmatismo sectário, ou quando não se domestica ao Poder pela covardia, é um ser eternamente abominado e perseguido por todos os tipos de espírito totalitário. Sua vocação torna-se seu estigma; seu estigma sua excreção. Seu crime, o da não entrega total da liberdade a um Partido ou a um Estado dominado pelo espírito totalitário. (...)*

*O totalitarismo, entretanto, não é apenas um regime. Seu exame deve ser levado mais longe, para visualiza-lo enquanto um movimento ou enquanto um estado de espírito, que podem estar presentes dentro de uma sociedade ou de um governo, mesmo quando ausente o terror organizado.*

**[XAUSA, Leônidas: Oração do Paraninfo, 1966]**

---

<sup>1</sup> Este texto é uma versão ampliada do Capítulo 8 da Tese de Doutorado em Ciência Política, defendida pelo autor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em dezembro de 1998: "A Planície de Alétheia: Contribuição para a (re)construção teórica de uma epistemologia de síntese e para a compreensão dos fundamentos paradigmáticos do agir e do fazer comunicativos em ciência política." Disponibilizado em <<http://www.geocities.com/edaydos/projeto.htm>> A decisão, de empreender essa revisão e disponibiliza-la na Agenda Política on Line, ocorreu-me sob o impacto do ataque terrorista aos Estados Unidos em 11 de Setembro de 2001.

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>PRÓLOGO</b> .....	<b>3</b>
1.1	O SOLAPAMENTO DA TRADIÇÃO DAS RELIGIÕES PROFUNDAS.....	3
1.2	OS RISCOS GLOBAIS DA TECNOLOGIA E A VULNERABILIDADE DA VIDA COTIDIANA .....	4
1.3	O ESGOTAMENTO DOS PARADIGMAS NA SAGRAÇÃO DA IRRESPONSABILIDADE .....	5
1.4	A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO COLETIVO	6
<b>2</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>FUNÇÕES ESTRUTURANTES E FUNÇÕES SÍGNICAS NO PROCESSO DO CONHECIMENTO E NA POLÍTICA</b> .....	<b>7</b>
3.1	OS INTERESSES DA POLÍTICA DEMOCRÁTICA NA TEORIA DA CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA MORAL DE LAWRENCE KOHLBERG.....	9
3.2	A FORMAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES (ESTRUTURAS) DEMOCRÁTICAS NA PERSPECTIVA TEÓRICA DE JEAN PIAGET .....	13
<b>4</b>	<b>CRISE DA CIVILIZAÇÃO DEMOCRÁTICA: A FALÊNCIA GENERALIZADA DAS FUNÇÕES ESTRUTURANTES NA POLÍTICA</b> .....	<b>16</b>
4.1	FUNÇÕES ESTRUTURANTES E FUNÇÕES SÍGNICAS NA CRÍTICA DA SOCIEDADE	17
<b>5</b>	<b>CRIME ORGANIZADO: A CORRUPÇÃO ARTICULADA DAS FUNÇÕES SÍGNICAS DA POLÍTICA</b> .....	<b>21</b>
5.1	A TEORIA SOCIOPSIKANALÍTICA DE MENDEL E AS TRÊS REGRESSÕES DA PERSONALIDADE FRUSTRADA.....	24
5.2	UM RESGATE NECESSÁRIO: NA DIALÉTICA TRIÁDICA DO PRINCÍPIO DO PRAZER E DO PRINCÍPIO DA REALIDADE, A EMERGÊNCIA DE UMA TAXIONOMIA ESTRUTURAL-FUNCIONAL DAS PSICOPATOLOGIAS. ....	26
<b>6</b>	<b>OS DESAFIOS DO CRIME ORGANIZADO À REALIZAÇÃO DA POLÍTICA DEMOCRÁTICA</b>	<b>30</b>
6.1	A CONFORMAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DOS OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS AO INTERESSE DA RACIONALIDADE E A CORRUPÇÃO DO PODER DO POLÍTICO .....	31
6.2	A CONFORMAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DOS OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS AO INTERESSE DA CREDIBILIDADE E A CORRUPÇÃO DO PODER DO PSÍQUICO .....	31
6.3	A CONFORMAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DOS OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS AO INTERESSE DA GOVERNABILIDADE E A CORRUPÇÃO DA FANTASIA.....	32
6.4	MANIQUEÍSMO, TERRORISMO E DROGADÍCIO: OS TRÊS VETORES DO CONFRONTO GLOBAL QUE ERODE AS BASES DA CIVILIZAÇÃO DEMOCRÁTICA NA SAGA DO CRIME ORGANIZADO. ....	33
6.5	AS PERVERSÕES DA PERSONALIDADE E OS PROSPECTOS DA POLÍTICA DEMOCRÁTICA. ....	33
<b>7</b>	<b>PÓS-ESCRITO</b> .....	<b>37</b>

# 1 PRÓLOGO

A destruição das torres do World Trade Center e o golpe desferido sobre o Pentágono em 11 de setembro de 2001, relevam a importância do estudo sobre as interfaces da política com a psicopatologia social. Clarificam-se, nestes episódios, as duas grandes dimensões contemporâneas, articuladas e interdependentes, desta problemática: as deficiências estruturais do desenvolvimento global, que projetam a crise da civilização democrática; e os obstáculos sóciopolíticos à política democrática, que se consubstanciam em desafio à segurança global na saga do crime organizado.

A crise da civilização democrática, como a visualizo, refoge à idéia de um conflito “de civilizações”, que parece emergir na oposição, tão superficial quanto maniqueísta, de blocos [Ocidente e Oriente] ou culturas [judeu-cristã ou islâmica]. Embora, seja forçoso reconhecer que este é, provavelmente, o “*desideratum*” da “causa” terrorista – que assim resta tão genérica, quanto inegociável.

Recuso, portanto, a redução estruturalista do conflito civilizatório à oposição de modelos, ou quaisquer outras formas de conceber esta crise, como oposição de totalidades práticas ou teóricas, estanques, assépticas e alternativas. Isso implicaria em cair na própria armadilha do terrorismo e condenar-nos à ampliação da violência até patamares inimagináveis de desumanidade.

Método, eventualmente aplicável ao estudo de comunidades isoladas e a padrões endógenos de comportamento social, a tentativa estruturalista de reduzir toda explicação das diferenças e, afinal, das vantagens comparativas das comunidades humanas, a configurações de sentido, no seu limite, antagônicas redonda sempre em etnocentrismo e instrumentaliza a dominação de umas sobre outras. Ademais, carece de sentido falar-se em conflito “de civilizações” nesta era planetária, marcada pelo fenômeno da globalização. Muito mais significativo será identificarem-se as linhas de conflito, que permeiam o cadinho cultural da civilização contemporânea, rastreando as suas vertentes prático-teóricas e projetando as suas conseqüências teórico-poiéticas.<sup>2</sup>

A idéia de uma crise da civilização democrática, como a pretendo trabalhar, remete aos processos internos da nossa sociedade global, que implicam em erosão dos pilares do conhecimento e do entendimento sobre os quais se tem desenvolvido, e que podem ser representados na divisão estrutural do Saber como RELIGIÃO, CIÊNCIA, FILOSOFIA e ARTE – isso que, de alguma forma, se escancara à consciência na visão dantesca do genocídio novaiorquino. Não pretendo aqui aprofundar a sua investigação, mas tão somente sinalizar algumas direções desta tarefa à frente.

## 1.1 O SOLAPAMENTO DA TRADIÇÃO DAS RELIGIÕES PROFUNDAS.

No campo da **RELIGIÃO**, o que está posto em questão, pelo fanatismo que inspira os ataques suicidas, em operações de guerra total, movidos pelo terrorismo contemporâneo, são os próprios fundamentos – no sentido mais pleno e arcano deste conceito – e a eventual convergência do Saber Religioso, como se expressa na vertente profunda de todos os credos.

O próprio conceito de **fundamentalismo**, que aceito por convenção, para designar o processo da politização acrítica dos preceitos religiosos-ideológicos, que insipiram o maniqueísmo dos movimentos sociais contemporâneos, é literalmente inadequado para representar a natureza – superficial, descontextualizada e, sobretudo, inculta – desta nova exegese, sectária e iconoclasta, que vem armando o braço nefando da intolerância na exploração das fragilidades e dos vícios da nossa civilização.

Não há axioma mais universal, evidenciado pelo entendimento e partilhado pelo conhecimento de todas as religiões do mundo, senão aquele que parte da distinção entre Deus e os homens. Deus é O Infinito, O Onisciente e O Onipotente, Nele reside a Verdade e o Bem. Nós homens, somos finitos, limitados no nosso conhecimento e na nossa capacidade de realização, pelas contingências da própria matéria que nos reveste. Por isso que, também, alcançamos, apenas, uma compreensão particular da Verdade e somos capazes de expressar, apenas, uma dimensão relativa do Bem. Toda Revelação Divina, mesmo aquela contida nos livros sagrados de todas as religiões.

---

<sup>2</sup> Para uma análise mais detalhada dos conceitos de “praxis”, “theoria” e “poiésis”, remeto o leitor à “Planície de Alétheia”. No momento basta-nos a noção intuitiva que a dialética da práxis e da theoria remete aos fundamentos de uma determinada configuração de sentido, enquanto a dialética de “theoria” e “poiésis” remetem ao seu potencial reconstrutivo do sentido da vida.

ões profundas, por isso mesmo, alcança-nos, apenas, uma visão particular do Saber – sujeita à contingência humana dos respectivos profetas e intérpretes, até mesmo e radicalmente, limitada pela insuficiência da própria estrutura da linguagem na tradução do Verbo Absoluto. Disso que deriva, também, e por consequência lógica da Razão, que reflete o incomensurável da Presença de Deus na humanidade, a humildade diante do Saber.

Este postulado foi magistralmente consignado na obra de Reinhold NIEBUHR [Os Filhos da Luz e os Filhos da Treva]<sup>3</sup>: *“Existe uma solução religiosa para o problema da diversidade religiosa. Essa solução torna a diversidade religiosa e cultural possível dentro das pressuposições de uma sociedade livre, sem destruir a profundidade religiosa da cultura. A solução requer uma forma muito avançada de prática religiosa. Exige que cada religião ou cada versão de uma única fé se empenhe em proclamar suas conclusões mais elevadas, embora conservando um reconhecimento humilde e contrito do fato de que todas as expressões da fé religiosa estão sujeitas à contingência e à relatividade históricas. Tal reconhecimento cria um espírito de tolerância e torna qualquer movimento religioso ou cultural hesitante em exigir validade oficial para sua forma de religião ou monopólio oficial para seu culto.”*

Essa concepção de mundo encontra a sua expressão na civilização democrática, cuja ruptura com o monismo epistemológico da teocracia medieval representa, portanto, uma forma avançada de se postular uma solução religiosa para a diversidade dos credos, preservando-lhes, ao mesmo tempo, a respectiva fé, como um atributo inalienável da condição humana.

É exatamente este alicerce, de uma secularidade parturiente do próprio Saber religioso, que ora está em cheque, pelo recrudescimento e empoderamento do dogmatismo político-ideológico-religioso, como instrumento de articulação e sustentação de um velho e surrado arquétipo do poder: a tirania. Sinônimo de auto-suficiência na interpretação do mundo e de submissão da razão às suas manifestações parcelares, absolutizando-as e originando nisso antagonismos insuperáveis na convivência entre culturas diferenciadas, ressalta a sua modalidade mais aparente, na conformação das ditaduras fundamentalistas contemporâneas, algumas das quais, hospedeiras confessas do terrorismo internacional.

## **1.2 OS RISCOS GLOBAIS DA TECNOLOGIA E A VULNERABILIDADE DA VIDA COTIDIANA**

No campo da **CIÊNCIA**, o que está posto em cheque, nas dimensões da catástrofe americana, e mais ainda nas ameaças emergentes do terrorismo químico, biológico e nuclear que relevam neste contexto, é a vulnerabilidade da própria espécie à sua razão instrumental, na forma e conteúdo do conhecimento que temos produzido e disseminado. Mais ainda ressalta, a vulnerabilidade da sociedade de massas a recursos tecnológicos de destruição, os quais não se elencam nos arsenais da guerra convencional ou nuclear. De um lado, reiteram-se as ameaças produzidas pela manipulação ideológica e midiática das consciências, produzindo – no seu limite – o empacotamento do ódio na própria carne e osso dos fanáticos-suicidas, que se explodiram nos alvos americanos. Tema que, entretanto, já pertence ao repertório clássico dos estudos políticos, pelo menos, desde os estudos clássicos sobre a guerra da propaganda no III Reich. Mas, de outro lado, denunciando o aspecto “inovador” da agressão terrorista do 11 de Setembro, ressalta a exposição da sociedade urbana, com seu padrão de ocupação intensiva do espaço, ao potencial destrutivo do próprio aparato civil que viabiliza a sua existência cotidiana. O uso de aeronaves de carreira, como se foram artefatos militares, é um paradigma do risco – em dimensões de catástrofe – representado pela sabotagem dos processos tecnológicos normais – dos serviços e da indústria que asseguram a nossa convivência regulada. Não conseguimos ainda avançar metas significativas de desarmamento, para dar-nos conta, que os meios tecnológicos mais ingênuos da nossa interação civilizada, podem ser corrompidos em instrumentos de insana e massiva destruição.

Mas, nem isso, completa uma análise, ainda superficial, do desafio que nos está posto, como se foram cargas aleatórias de efeito implosivo, neste pilar do processo civilizatório, que é o desenvolvimento da ciência. Talvez a maior ameaça recaia sobre nós mesmos, quando se impõe considerar que os padrões de vulnerabilidade antes considerados, tornam-se irreversíveis e crescem exponencialmente, nas projeções mais conservadoras da bomba populacional que estamos jogan-

---

<sup>3</sup>NIEBUHR, Reinhold: Os Filhos da Luz e os Filhos das Trevas. Rio de Janeiro: Record, 1965.

do sobre as gerações futuras. Somos mais de 6 bilhões de pessoas hoje, e estamos crescendo no estado atual desta arte, impulsionada pelos avanços da medicina e da civilização, cerca de 2 bilhões de almas a cada quarto de século. Fixando o horizonte de análise no curto prazo do ano 2.025, quando, na ausência de algum cataclisma natural ou social, seremos cerca de 8 bilhões de almas.

Não quero entrar em especulações, sobre as expectativas de flexão ou estabilização dessa curva de crescimento populacional, para além deste horizonte próximo – até porque, para além deste patamar, no médio e longo prazo, essa tendência poderá ser significativamente afetada por fatores tecnológicos ainda desconhecidos. E, nem pretendo deter-me em controvérsias, sobre a possibilidade tecnológica, desta humanidade produzir e distribuir os meios de subsistência necessários à vida digna de todos os seus filhos. Parto, ingênua e otimisticamente, deste suposto. Mas não posso desconhecer, como tragédia, que essas expectativas de auto-contenção da reprodução irresponsável e da construção do bem estar das gerações futuras, não encontram sustentação empírica, no quadro das desigualdades e nos bolsões de pobreza absoluta que o mundo contemporâneo nos apresenta. A modernidade iluminista fecha o seu ciclo sem ter cumprido sua promessa essencial, de reverter o conhecimento avançado sobre a natureza e a própria sociedade, nos meios de produção da felicidade para os habitantes do planeta.

Os fatos pungentes, agora, nos confrontam drasticamente os riscos globais de uma civilização que concentrou conhecimento, tecnologia e riqueza, sinalizando a miséria presente da nossa condição humana. Sem falar (mas sem desconhecer...) nos obstáculos políticos e sociais a serem defrontados, torna-se cada vez mais inviável a dispersão desse desenvolvimento, e do contingente populacional que dele se beneficia, reconstituindo-se padrões não intensivos de ocupação do espaço, isso que acarretaria, entre outras dificuldades, o risco de um total desequilíbrio e destruição dos eco-sistemas remanescentes no planeta. E, ao mesmo tempo, as externalidades dessa concentração de poder humano sobre a Terra, crescem exponencialmente. Obvia-se agora, como a outra face da saga predatória da espécie *sapiens*, a vulnerabilidade da colméia humana à auto-agressão e autodestruição, que encontram no tamanho, na complexidade, mas, principalmente, na fragilidade do World Trade Center e do cenário urbano destruído de Nova Iorque, a sua representação simbólica mais completa.

### **1.3 O ESGOTAMENTO DOS PARADIGMAS NA SAGRAÇÃO DA IRRESPONSABILIDADE**

No campo da **FILOSOFIA**, o que se defronta, numa primeira aproximação, e já vem sendo sinalizado pelos principais analistas da transição pós-moderna: é a crise dos paradigmas teóricos que marcaram a trajetória da modernidade no antagonismo irresolvido entre indivíduo e sociedade, liberdade e igualdade, Estado e Mercado. A insuficiência dos velhos estereótipos da compreensão do mundo, que se polarizam em torno destas consignas, é flagrante na sua convergência para a auto-destruição da espécie – ou pelo menos de uma parte substancial dela – ao reduzir a capacidade humana de interpretação e afrontamento da realidade histórica, à lógica da sua anti-sociabilidade: à lei do mais forte, seja enquanto indivíduo ou empresa, seja enquanto classe social ou partido. Não temos sido suficientemente capazes de perceber a falsidade deste dilema, na sua equifinalidade que nos conduz ao abismo. Os paradigmas em conflito na modernidade – da competição selvagem, que nos regressa ao arquétipo do homem predador, no estado de natureza hobbesiano; e da luta de classes, que nos projeta aos poderes leviatânicos de uma dominação aparelhada – são vinhos da mesma pipa. São componentes concentrados de uma mesma matriz ideológica, corporativa e totalitária, que alimenta, na sua dinâmica própria, antagonista e interdependente, a diferença e a semelhança dos extremos, da direita fascista e da esquerda comunista.

Numa segunda aproximação, o que releva no episódio de 11 de Setembro é a sagração da irresponsabilidade em face das prerrogativas da cidadania e dos princípios éticos universais, que abala os alicerces civilizatórios da idéia Republicana, de uma violência inaudita e generalizada. Sua liturgia é a da impunidade, que se pretende justificar pelos argumentos, factualmente irrespondíveis da frustração da vida e da corrupção do mundo, conformando, não obstante, o inadmissível na expressão ideológica e maniqueísta do fanatismo contemporâneo. No seu esforço de auto-justificação, os agentes desta nova ortodoxia, não hesitam sequer diante desse recurso limite de um proselitismo extremo, que é o próprio suicídio dos agentes diretamente envolvidos nos crimes

contra a Humanidade, na saga do seu irracionalismo. Isso que, em última instância e muito convenientemente à auto-confirmação da consciência perversa, os subtrai à crítica e ao Juízo pelos seus atos na comunidade das Nações.

No debate acadêmico e intelectual vai mais longe, ainda, a justificação da violência: contamina de um escapismo acrítico a visão conspiratorial do mundo emergente nos escombros do desastre novaiorquino. Na metafísica do terror que a consubstancia, o bem e o mal existem - conformam um ser-no-mundo, mas de forma absolutamente diferenciada, originária e irreduzível: de um lado os justos, de outro os infiéis - de um lado as falanges angélicas, de outro as hostes do demônio. De um lado, as limitações e a contingência, que nos constroem no mundo da vida - e, assim, a opressão e a miséria; de outro lado, a ortodoxia do pensamento, que opera a negação da nossa própria finitude, e nos permite, assim, superá-la de forma tão inexorável quanto imponderável, ao conceber-nos como instrumentos da Consciência Universal, da Verdade, do Bem, em última instância, como instrumentos de Deus, da Sua Onisciência e da Sua Onipotência. Processa-se, neste desvario iconoclasta da própria condição humana, o mecanismo perverso da transferência, de todos os atributos de Deus à absoluta justificação dos nossos atos, como se deuses fôssemos, e assim destinados a exercer o Poder e desfrutar a Glória, nesta passagem terrena, ainda que no seu limite extremo, como capacidade de destruição e de auto-destruição.

Na teoria do conhecimento, por outro lado, os reflexos desta metafísica totalitária, promovem o reducionismo do significado: da política à sociologia; da sociologia à economia; da economia à dialética - das forças da natureza, do bem e do mal. Conformam-se neste processo, o surgimento da militância terrorista contemporânea, que reflete, radicalmente, como opção de direita ou de esquerda, a liberdade possível no conceito ontológico dessa divisão brutal do mundo entre as forças da mudança ou da estagnação, da revolução ou da reação - ou como se costuma dizer, mais proximamente, entre a ótica dos excluídos ou dos incluídos. Nesta dicotomia, obviamente, não se reserva lugar para a ingenuidade ou para a inocência: somos todos culpados de carregar, como um estigma indefectível, a condição do nosso pertencimento a um dos lados em conflito - não importa se crianças ou adultos, civis ou militares - nosso ser-no-mundo existencializa a guerra destes pólos antagônicos e nos tornamos os alvos elegíveis das suas operações estratégicas.

#### **1.4 A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO COLETIVO**

No campo da **ARTE**, por sua vez, a crise da civilização encontra a sua expressão mais flagrante no modo, como antecipamos a tragédia do World Trade Center, projetada nas cenas de violência, que povoam nosso ambiente de vida. Não pretendo, aqui, adotar uma postura normativista da arte, exigindo-lhe cumprir funções instrumentais orientadas a valores ou desígnios pedagógicos. Não obstante, será necessário reconhecer que a crise da civilização, obviando as deficiências estruturais que afetam os Saberes religioso, científico e tecnológico, realiza-se de forma abstrata, na construção do imaginário coletivo, que a ARTE nos permite aceder. A violência banalizada nos pacotes da indústria cinematográfica, no desafio sádico dos jogos de estratégia, no grotesco dos programas de auditório, nos detalhes sinistros da tragédia explorada como notícia e, *last but not least*, na mentira institucionalizada da propaganda comercial, institucional e política, ganha assim foros de uma projeção auto-confirmatória e mórbida da consciência, nos fatos que a realidade da vida nos confronta. Quando, afinal, nos comove o acontecimento real do genocídio novaiorquino, já estamos preparados para absorver-lo e até mesmo para, eventualmente, absolver-lo. Conformam-se nisso, uma expressão cínica da realidade que, de alguma forma, instalou-se em nosso imaginário coletivo.

O que a investigação desse aspecto da crise civilizatória nos poderá dizer, é que existem formas e modos da expressão do real, através das quais, a condição transcendente, que opera o potencial criativo e dignificante da produção artística, e assim a fruição estética da sua universalidade, pode resultar corrompida, na mera justificação da imanência e do particularismo. Uma possibilidade, aliás, que se estende a todo discurso, que opera o campo semântico da comunicação humana, onde, muitas vezes, uma condenação formal do terrorismo ou até mesmo um manifesto em favor da Paz, podem resultar envolvidos na consequência prática da sua própria e concreta negação.

Esclarecer as circunstâncias e os mecanismos, através dos quais se opera essa perversão do sentido na comunicação, de alguma forma nos introduz a segunda grande dimensão das relações entre a política e a patologia social, que será objeto de uma detalhada análise ao longo deste texto: a identificação dos obstáculos socio-políticos que operam ao nível das funções sógnicas do agir e do fazer comunicativos.

Também aqui, é fulcral a referência ao episódio de 11 de setembro, onde a expressão manifesta do TERRORISMO contemporâneo desvela sua motivação latente, nos fundamentos do MANIQUEÍSMO POLÍTICO-IDEOLÓGICO-RELIGIOSO, e sua articulação logística ao complexo industrial-comercial do DROGADÍCIO. Conforma-se, destarte, a par da crise, que erode os pilares estruturais da civilização global, as três grandes dimensões da corrupção da política democrática, representada pelos desafios que nos confronta contemporaneamente a saga do CRIME ORGANIZADO.

## 2 INTRODUÇÃO

Embora o título não o revele, este texto trabalha a fundamentação ética necessária da atividade política e combate a frustração desta expectativa no cotidiano da nossa vida. Pretendo aqui, experimentar – como um elogio ao maior filósofo - as implicações do método socrático na abordagem da política-ação. O que vai expresso neste texto é auto-reflexão do aprendizado penoso que me propiciou o afrontamento da política e a proximidade do poder.

A recusa sistemática ao embrutecimento e um olhar fundo na alma das pessoas, que me permitiram articular a sobrevivência com dignidade no mundo da vida, conduziram-me ao veio generoso da inspiração teórica, que anima este texto, em duas áreas ainda pouco exploradas pela ciência política contemporânea: o estudo da formação da consciência moral e o estudo da construção da personalidade social.

Quero reencontrar-me, aqui, na lição magistral de Harold LASSWELL<sup>4</sup>, que abordou o fenômeno político no estudo daquilo que, pela suas conseqüências e pela sua reiteração ao longo do tempo, é provavelmente o seu aspecto mais importante e mais tenebroso: a sua patologia. E, nesse sentido, o diálogo com FREUD é um ponto de partida e de passagem obrigatório.

No ponto de partida, confrontam-nos, inexoravelmente, os obstáculos e as resistências que a auto-realização do ser humano encontra na sociedade em que vive. Mas, embora reconheça com Freud que **civilização é repressão**, a razão de ser do processo civilizatório é a superação dessas assimetrias e dependências, que têm reprimido o desejo de auto-realização, pela imposição da tirania, cujo arquétipo remonta às idades primevas, quando a humanidade submeteu-se à disciplina dos seus pais primordiais, premida pela necessidade de assegurar-se as condições de sua própria sobrevivência.

No ponto de passagem, no entanto, a possibilidade de superarmos as contingências que assim estreitam o campo da liberdade, é o fermento da autoconsciência da Humanidade. E, como **auto-reflexão comunicativa**, marca o sentido de sua presença na história, o que, paradoxalmente, permite afirmar que **civilização é liberdade**.

Ao longo deste ensaio, tentarei demonstrar, que a possibilidade de resolver este paradoxo, implica a apropriação de um aparato teórico, capaz de nos orientar na compreensão, fundamentação e reconstrução teórica do agir e do fazer comunicativos, que designam os processos e as estruturas que a política nos afronta, como a questão da democracia na sociedade complexa.

## 3 FUNÇÕES ESTRUTURANTES E FUNÇÕES SÍGNICAS NO PROCESSO DO CONHECIMENTO E NA POLÍTICA

O paradigma da epistemologia de síntese, como o explicitarei em “A Planície de Alétheia”<sup>5</sup>, remonta na história do pensamento ocidental a PLATÃO, consolidando uma tradição teórica que corrobora, em Jean PIAGET, uma abordagem construtivista do processo do conhecimento. Ressal-

<sup>4</sup> LASSWELL, Harold: PSYCHO-PATHOLOGY AND POLITICS.

<sup>5</sup> No prelo: AYDOS, Eduardo Dutra. A Planície de Alétheia: Contribuição para a (re)construção teórica de uma epistemologia de síntese. Coleção Humanas, nº 4, IFCH/Editora da Universidade, UFRGS, Porto Alegre, 2001.

ta aqui o paralelismo conceitual destes autores, no entendimento do que proponho designar como **FUNÇÕES ESTRUTURANTES DO PROCESSO COGNITIVO**, respectivamente: as quatro etapas do conhecimento – *percepção das sombras, crença, pensamento e inteligência* [PLATÃO: *A República*]<sup>6</sup>; e os quatro processos na formação das estruturas matemáticas – *assimilação, acomodação, significação e operacionalização* [Piaget: *Epistemologia Genética*]<sup>7</sup>. Isso que, por sua vez, corresponde, no paradigma sintético, às quatro divisões estruturais do Saber, respectivamente: RELIGIÃO, CIÊNCIA, FILOSOFIA e ARTE.

Referem esses conceitos, que pretendo designar como os quatro **pilares estruturais do processo civilizatório**, aos diferentes modos da estruturação do conhecimento/entendimento, qualificando-os como as estruturas formais **de um significado a ser preenchido**, substantivamente, por outros processos da mente.

É exatamente aqui, no vazio dessa capacidade estruturada e como um complemento necessário dessa **predisposição ao Saber pela consciência** – que acede aos diferentes estádios ou, enfim, credencia-se aos diferentes processos que integram o pleno exercício da sua capacidade estrutural-cognitiva – que a compreensão da dialética súnica em “A Planície de Alétheia”, situa a função desempenhada pelos **interesses epistemológicos** no processo da auto-reflexão comunicativa.

Os interesses epistemológicos designam **processos do entendimento, que operam a finalidade intrínseca de si mesmos** – ao contrário das funções-estruturantes antes mencionadas - e que apontam destarte, teleologicamente, para os pressupostos necessários à realização/atualização do próprio signo que denotam. Referem, assim, substantivamente, o conteúdo simbólico do agir e do fazer comunicativos e não o aparelhamento da sua mera capacidade de significar. Daí porque designá-los propriamente como **FUNÇÕES SÍNICAS DO PROCESSO DO ENTENDIMENTO**. A Tabela 1, a seguir, formaliza uma síntese destas diferenciações conceituais:

**Tabela 1 – FUNÇÕES ESTRUTURANTES e FUNÇÕES SÍNICAS no processo do conhecimento e na política.**

TIPOLOGIA DAS FUNÇÕES	NO DESENVOLVIMENTO DAS ESTRUTURAS COGNITIVAS [PIAGET/PEIRCE] <sup>8</sup>	NO PROCESSO DO CONHECIMENTO [AYDOS: A Planície de Alétheia] <sup>9</sup>	NA CONSTRUÇÃO DA VIDA POLÍTICA [AYDOS: Sob o Signo de Janus] <sup>10</sup>
<b>ESTRUTURANTES</b>	Assimilação, acomodação, significação e operacionalização	Religião, ciência, filosofia e arte	Prevenção da tirania, implementação da escola pública, construção da soberania e engenharia do consenso
<b>SÍNICAS</b>	Propriedades súnicas: fundamento, objeto, interpretante – falante, ouvinte, proferimento	Interesses epistemológicos: da compreensão participativa do discurso, da fundamentação transcendental do saber e da reconstrução teórica do significado	Interesses políticos: da credibilidade, da racionalidade e da governabilidade

A falta de clareza sobre essa distinção, entre as *funções estruturantes* e as *funções súnicas* da mente, tem dificultado um diálogo transdisciplinar mais fecundo entre psicologia e a pedagogia, entre a política e a moral.

Há um certo *partis-pris* estruturante na psicologia e na política [partilhado, exemplarmente, por PIAGET e, no seu limite, pela abordagem jurídico-formal do constitucionalismo kelseniano, ou

<sup>6</sup> PLATÃO: *A República*. Porto Alegre: Globo, 1964.

<sup>7</sup> PIAGET, Jean: *Epistemologia Genética*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

<sup>8</sup> PIAGET, Jean: op. cit./ PEIRCE, Charles Sanders: *Semiótica*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.

<sup>9</sup> AYDOS, Eduardo Dutra: *A Planície de Alétheia*, op. cit. Nota 1.

<sup>10</sup> AYDOS, Eduardo Dutra: “Sob o Signo de Janus”: Comunicação apresentada no 2º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, GT: Teoria Política. São Paulo, 23-26 de Novembro, 2000.



pelo institucionalismo de HUNTINGTON] que, ao explicitarem as condições formais necessárias da estrutura cognitiva da mente ou da constituição política no Estado de Direito, pretendem derivar delas, imediata e linearmente, o conteúdo substantivo das respectivas praxiologias - seja como prática pedagógica, seja como projeto político. Obscurecem, nisso, o fato que uma mente ilustrada e arguta (capacitada às mais abstratas e sofisticadas elaborações do raciocínio) e uma Constituição articulada e consistente (coerente aos mais avançados parâmetros da técnica jurídica), nem por isso se constituem em garantia suficiente à realização pessoal e societária dos valores ínsitos à representação de uma vida digna.

Há, também, um certo *partis-pris* significativa do lado da pedagogia e da moral, as quais, ao identificarem e valorizarem um determinado conteúdo crítico da experiência, muitas vezes parecem pretender derivar desse Juízo – meramente perceptivo e, às mais das vezes, apriori – por um passe de mágica, a sua própria e imanente sistematização, seja como diretriz curricular ou seja como formulação de política pública. Esquecem que, a mera enunciação de objetivos pedagógicos, não resulta em aprendizado sem a estrutura do método, que conforma a disciplina do entendimento; e que, a mera consciência do bem público, não é suficiente para assegurar a sua realização coletiva, na ausência da lei que assegura universalidade e estabilidade ao processo do desenvolvimento humano.

De alguma forma, a passagem problemática – de PIAGET a Paulo FREIRE, de HUNTINGTON aos teólogos da libertação – que envolve a construção da consciência na pedagogia da liberdade, e o desenvolvimento político na emulação da igualdade, são questões de fundo a desafiar a consistência teórica e a consequência prática das disciplinas ética e política. Trata-se, no primeiro caso, de oferecer conteúdo substantivo a uma teoria do desenvolvimento das estruturas mentais, aplicada à sociedade, sem que isso signifique, simplesmente, a sua “ideologização”. Trata-se, no segundo caso, de buscar sustentação de base estrutural a uma teoria da emancipação, sem que isso signifique, simplesmente, a sua “desideologização”.

Felizmente, alguns desenvolvimentos recentes da filosofia oferecem uma base promissora ao afrontamento dessa questão. Nessa perspectiva e nos limites deste texto, pretendo explorar, no pano de fundo do paradigma epistemológico da ciência política que desenvolvi em “A Planície de Alétheia” [AYDOS, 1998], a convergência [compreendendo nisso a sua articulação teórica e diferenciação conceitual], da teoria do desenvolvimento da consciência moral de Lawrence KOHLBERG [1981] nos pressupostos da epistemologia genética de Jean PIAGET [1983].

### **3.1 OS INTERESSES DA POLÍTICA DEMOCRÁTICA NA TEORIA DA CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA MORAL DE LAWRENCE KOHLBERG**

O que, efetivamente, KOHLBERG clarifica, na sua obra magistral *Essays on Moral Development*, é a formulação de uma abordagem, que se propõe, construtivista do **desenvolvimento da consciência moral**, e que entendo [um pouco além do que vem explícito no pensamento deste autor] constituir-se numa taxionomia das respectivas **funções sógnicas**.

Assim visualizado, o pensamento de KOHLBERG abre espaço para o tratamento teórico da diferença e para a análise da complementaridade entre o processo da **cognição** e o conteúdo da **consciência**. Isso, que é sinalizado pela distinção, conceitual e sistemática, do **aparelhamento estrutural** do processo do conhecimento e da operação dos respectivos **interesses epistemológicos**.

Aqui reside a diferença essencial entre a teoria piagetiana dos estádios de desenvolvimento das estruturas cognitivas e o construto kohlberiano. De um lado, e figurativamente, tem-se em PIAGET um conjunto vazio, formado pela capacitação operacional da mente à realização das operações matemáticas. De outro, em KOHLBERG, refere-se um conjunto cheio, prenhe de significados, de meios-fins, que se encontram intrinsecamente articulados na atualidade do comportamento ético-político.

Abordar, em caráter exploratório, as implicações dessa diferença e a sua complementaridade, na elaboração de uma teoria integrada do desenvolvimento da pessoa e da sociedade é a pretensão crucial deste texto.

Avançando, nesta perspectiva, a interpretação do pensamento de KOHLBERG, postulo uma correspondência conceitual entre **os três níveis e os seis estádios do desenvolvimento da consciência moral** e **os três interesses epistemológicos e as seis funções sógnicas deriva-**

das, que operam o conteúdo simbólico da auto-reflexão comunicativa nos diferentes campos de estruturação do saber, assim como os figurei no modelo paradigmático da epistemologia de síntese em: “A Planície de Alétheia. A **Tabela 2**, a seguir formaliza essa correspondência e elabora o seu conteúdo substantivo:

**Tabela 2 – Correspondências conceituais da epistemologia e da política na teoria do desenvolvimento da consciência moral de Kohlberg.**

<b>Interesses Epistemológicos e Interesses da Política Democrática</b>	<b>Derivações paradigmáticas dos Interesses Epistemológicos</b>	<b>Estágios na teoria do desenvolvimento da consciência moral [KOHLBERG, 1981] – ou, epistemologicamente considerando, <u>funções sgnificas da consciência</u></b>	<b>Níveis da auto-reflexão comunicativa [correspondência aos interesses epistemológicos]</b>
<i>Interesse da Fundamentação Transcendental do Entendimento.</i> <b>INTERESSE DA RACIONALIDADE-</b>	<i>Princípio – Razão</i>	<b>ESTÁGIO 6: Princípios Universais Éticos</b> – “decisões de consciência baseadas na escolha autônoma de princípios éticos que apelam à compreensibilidade lógica, universalidade e consistência” [KOHLBERG, 1981:19]	<b>NÍVEL PÓS-CONVENCIONAL</b> – “um claro esforço para definir valores e princípios que têm aplicação à parte da autoridade dos grupos ou pessoas que sustentam esses princípios e à parte da própria identificação dos indivíduos com esses grupos” [KOHLBERG, 1981:18]
	<i>Arquétipo – Paradigma</i>	<b>ESTÁGIO 5: Contrato-Social</b> – “ação tende a ser definida em termos de direitos individuais gerais e em termos de padrões que foram criticamente examinados e consentidos por toda a sociedade” [KOHLBERG, 1981:18]	
<i>Interesse da Compreensão Participativa do Discurso:</i> <b>INTERESSE DA CREDIBILIDADE -</b>	<i>Princípio – Sabedoria Prática</i>	<b>ESTÁGIO 4: Manutenção da Ordem Social</b> – “orientação no sentido da autoridade, das regras estabelecidas, e da manutenção da ordem social” [KOHLBERG, 1981:18]	<b>NÍVEL CONVENCIONAL</b> – “a manutenção das expectativas da família individual, do grupo, ou nação, é percebida como válida por seu próprio direito, independente das suas imediatas e óbvias consequências” [KOHLBERG, 1981:18]
	<i>Arquétipo – Consciência</i>	<b>ESTÁGIO 3: Concordância Interpessoal</b> – “conformidade com as imagens estereotipadas do que é um comportamento majoritário ou “natural” [KOHLBERG, 1981:18]	
<i>Interesse da Re-construção Teórica do Significado:</i> <b>INTERESSE DA GOVERNABILIDADE</b>	<i>Arquétipo – Método</i>	<b>ESTÁGIO 2: Orientação Instrumental Relativista:</b> “A ação correta consiste naquela que instrumentalmente satisfaz as necessidades de alguém, e ocasionalmente as necessidades de outros. As relações humanas são vistas em termos semelhantes aquelas do mercado”. KOHLBERG, 1981:17]	<b>NÍVEL PRÉ-CONVENCIONAL:</b> a ação responde “a regras culturais e rótulos do bem e do mal, do certo e do errado, mas interpreta esses rótulos em termos das consequências físicas ou hedonísticas da ação (punição, recompensa, troca de favores) ou em termos do poder de quem enuncia as regras e rótulos”. [KOHLBERG, 1981:17]
	<i>Princípio – Crítica</i>	<b>ESTÁGIO 1: Obediência e Punição:</b> “As consequências físicas da ação determinam sua bondade ou maldade a despeito do sentido humano ou valor dessas consequências. Evitar a punição e uma acrítica submissão ao poder tem validade por seu próprio direito”. [KOHLBERG, 1981:17]	

O caráter **linear desenvolvimentista** do pensamento de KOHLBERG releva da sua posição/formulação de três níveis [pré-convencional, convencional e pós-convencional] e seis estádios do desenvolvimento da consciência moral – os quais pretende sejam seqüenciais, fazendo às vezes de um caminho crítico a ser **construtivamente** percorrido pelo processo civilizatório.

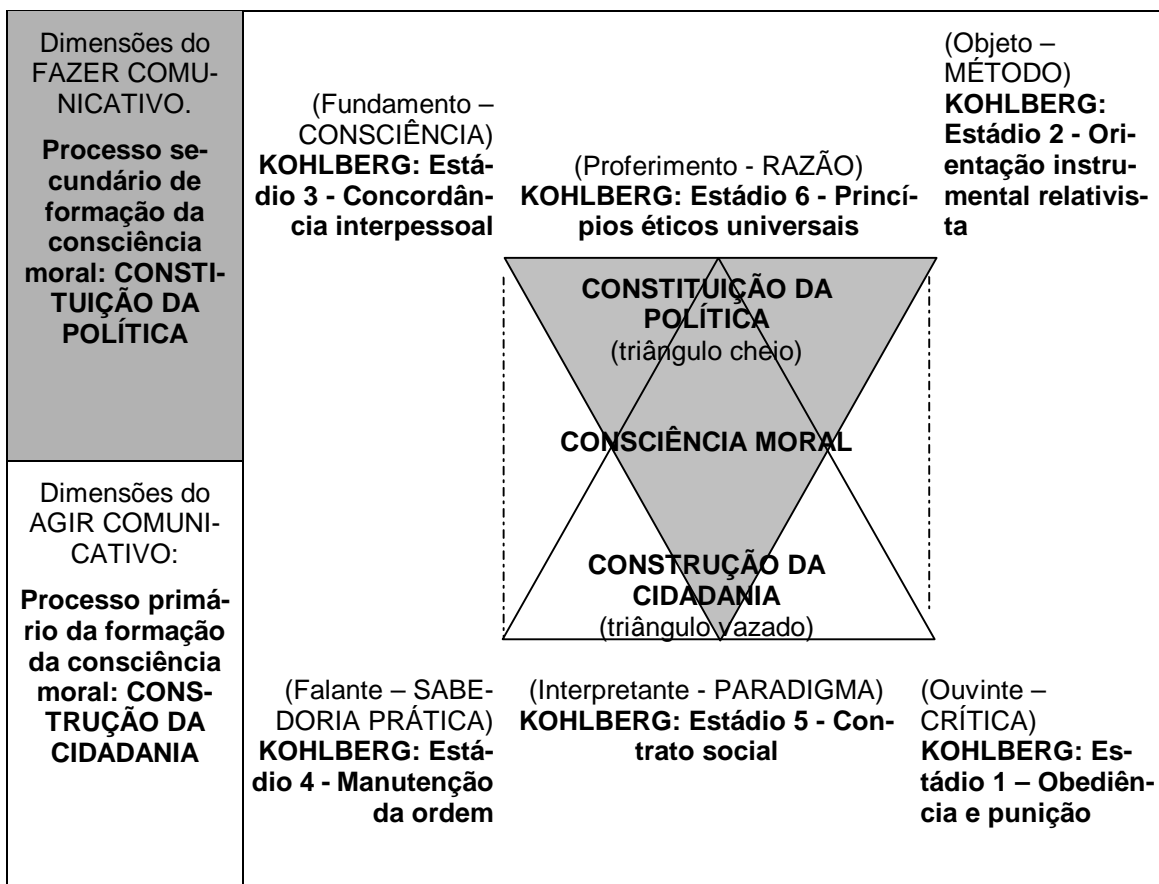
Encarados, por sua vez, desde essa perspectiva, os INTERESSES DA POLÍTICA DEMOCRÁTICA – GOVERNABILIDADE, CREDIBILIDADE e RACIONALIDADE POLÍTICAS [AYDOS, 1998] – nas suas derivações principiológicas e arquetipais, seriam construções sucessivas, a designar etapas no processo do desenvolvimento político. Tal pretensão teórica, entretanto, não se coaduna com os postulados básicos da epistemologia de síntese que visualiza, na articulação destes interesses, a operação de uma lógica triádica, perante a qual cada dimensão do signo – fundamento, objeto e interpretante – é coexistente e interdependente no processo da sua atualização.

Embora, sob o ponto de vista da mensagem, na teoria da comunicação, seja possível estabelecer-se uma seqüencialidade, na relação que vai do falante, ao seu proferimento, para finalmente chegar ao ouvinte; do ponto de vista do processo de comunicação, como um todo, essa temporalidade é contrafactual. Não existe falante, se não coexistir um ouvinte na sua fala; e o próprio discurso é uma articulação de sentido que, além de expressar um momento e um significado emergente, na polaridade dos respectivos emissor e receptor, funda na representação semântica do sentido, que é inerente à própria linguagem como capacidade de referenciar a realidade, a própria interação de falante e ouvinte.

Para clarificar as implicações desta análise, é oportuno explorar uma **propriedade axiomática** do modelo paradigmático da epistemologia de síntese: a **reprodução do núcleo sógnico** – formando totalidades de sentido, que oportunizam o aprofundamento dos respectivos conteúdos – a partir dos **princípios** e **arquétipos**, que representam as funções sógnicas derivadas dos três interesses epistemológicos. Os princípios, nesta perspectiva, conformam tríades do **agir comunicativo**; e os arquétipos, as tríades do respectivo **fazer comunicativo**.

Utilizando-se, assim, os conteúdos trabalhados substantivamente na **Tabela 2** – onde figuram como princípios os estádios 1, 4 e 5; e como arquétipos os estádios 2, 3 e 6 – torna-se possível formalizar, com base nos conceitos kohlbergianos, um diagrama paradigmático que representa o núcleo sógnico do processo de formação da consciência moral [**Quadro 1**].

**QUADRO 1: O processo da formação da consciência moral de Kohlberg no modelo paradigmático da epistemologia de síntese.**



Legenda: **Funções sógnicas em negrito simples – estágios de Kohlberg**; Em fonte normal, as categorias da disciplina política na epistemologia de síntese. (Entre parêntesis: categorias do núcleo sógnico da auto-reflexão comunicativa).

O **Quadro 1** desvela o potencial heurístico do pensamento de KOHLBERG, sinalizando minimamente:

- a) O lócus paradigmático do **interesse da racionalidade**, configurado pela realização dos estágios pós-convencionais do desenvolvimento da consciência, compreende as **terceiridades** do agir [orientação da conduta a princípios éticos universais] e do fazer [regulação da conduta pelo contrato social] comunicativos, que a epistemologia de síntese define como **particularidades**, respectivamente, abstrata e concreta. Neste sentido, a racionalidade da conduta humana, que corresponde à sua finalidade possível de ser construída, **refoge a qualquer concepção fundamentalista ou absolutista da consciência moral** – no seu estágio mais avançado de realização, a consciência é mediação, é transuasão, é um estado precário e contingente, portanto, da interação social representada: seja pela dialética do seu fundamento e objeto sógnicos, seja pelo diálogo do falante e do ouvinte no processo de auto-reflexão comunicativa.
- b) O modelo aponta para o **interesse da credibilidade**, configurado pela realização dos estágios convencionais do desenvolvimento da consciência, como as **primeiridades** do agir [manutenção da ordem] e do fazer [concordância interpessoal] comunicativos. Isso é consistente com as postulações do paradigma sintético, que visualizam no falante a condição do empoderamento [a autoridade, como representação concreta de apropriação e, portanto, ordenação do mundo]; e, no fundamento do *representámen*, como princípio de qualquer significado à vida, a intersubjetividade da consciência [a

transcendência, aqui visualizada como o potencial da razão na ilimitada comunidade de comunicação].

- c) Finalmente, o modelo aponta para o **interesse da governabilidade**, configurado pela realização dos estádios pré-convencionais do desenvolvimento da consciência, como as **secundidades** do agir [como internalização de padrões de obediência e punição] e do fazer [na orientação instrumental da conduta] comunicativos. Isso é conseqüente às postulações do paradigma sintético, que visualizam, no grande ouvinte da dramaturgia do mundo, que é a própria Humanidade: de um lado, a ressonância elementar e necessária à conservação da vida, a condição metafísica de ação/reação, e o reflexo primordial de obediência e punição, que é o ponto de partida... e o ponto de chegada, de uma atitude crítica essencial à reconstrução do mundo; e de outro, na propriedade do objeto, como obsistência à imediata conformação da consciência, a orientação instrumental da conduta, que é princípio de regulação isonômica.

Assim configurada, a taxionomia dos estádios de desenvolvimento da consciência moral proposta por KOHLBERG, ganha uma amplitude teórica que extrapola de um linear desenvolvimentismo – algo ingênuo e figurativo de uma mera escala de atitudes morais, dotada das propriedades de cumulatividade/reprodutibilidade, remetendo à investigação de atitudes e comportamentos políticos [por exemplo, aos estudos sobre a personalidade autoritária em ADORNO, e à metodologia escalar de GUTTMANN] – para configurar-se no arcabouço de uma teoria das funções sígnicas da consciência.

Nessa perspectiva, falece a idéia que os primeiros estádios do desenvolvimento da consciência moral – por exemplo, a socialização de padrões de obediência e punição – corresponderiam, simplesmente, a conformações primitivas da consciência moral, que o processo civilizatório haveria de, simplesmente, superar e proscrever na perspectiva do seu desenvolvimento.

Há que se substituir uma tal conotação, pelo entendimento que, em cada estádio de desenvolvimento da consciência moral – ou, melhor dito, na realização de cada uma das suas **funções sígnicas** – incorpora-se uma potencialidade semiológica específica, que lhe é tão necessária como irredutível às demais. O desenvolvimento procede aqui, portanto, pela ativação e pelo equilíbrio de todas essas potencialidades, e o subdesenvolvimento ocorre pelo seu bloqueio seletivo ou pelo desequilíbrio dessa totalidade.

### **3.2 A FORMAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES (ESTRUTURAS) DEMOCRÁTICAS NA PERSPECTIVA TEÓRICA DE JEAN PIAGET**

A partir do entendimento até aqui avançado, as implicações teóricas e conseqüências práticas, que diferenciam o construto kohlbergiano da epistemologia genética de PIAGET, tornam-se palpáveis à investigação.

PIAGET estudou e conceitualizou **funções estruturantes**, que denotam diferentes **modos de produção do conhecimento** na conformação da mente individual (e do saber político, como expressão de uma ciência reconstrutiva da sociedade democrática). Assim, os processos da assimilação, acomodação, significação e operacionalização, podem ser estruturalmente equiparados aos procedimentos através dos quais a civilização democrática tem-se constituído: desde a sua vertente liberal mais essencial, pelo compromisso da prevenção da tirania; e sobre esta base, pelo desenvolvimento de mecanismos eficazes e eficientes para a implementação da escolha pública, para a construção da soberania popular e para a elaboração do consenso sobre os fundamentos da própria sociedade, que asseguram a legitimidade e a estabilidade da respectiva constituição política.

KOHLBERG, por sua vez, refere **funções sígnicas**, como se foram “estádios” ou “etapas” do desenvolvimento moral (e do desenvolvimento político, como o concebemos), denotando nisso a **internalização e projeção de valores**, subjacentes e transcendentais, ao modo ou estádio de operação das funções estruturantes da mente (e, assim também, das instituições políticas). No entendimento KOHLBERG, estas funções operam como justificações morais, que orientam (semiológicamente) o comportamento dos indivíduos (e da sociedade) na solução de problemas da convivência. Na interpretação que pauta este texto, entretanto, essas funções se articulam em dois movimentos, paradoxalmente, contraditórios e complementares, cujas implicações avançam para além do estatuto que lhes reconhecia aquele autor. De um lado, como agir comunicativo, as etapas

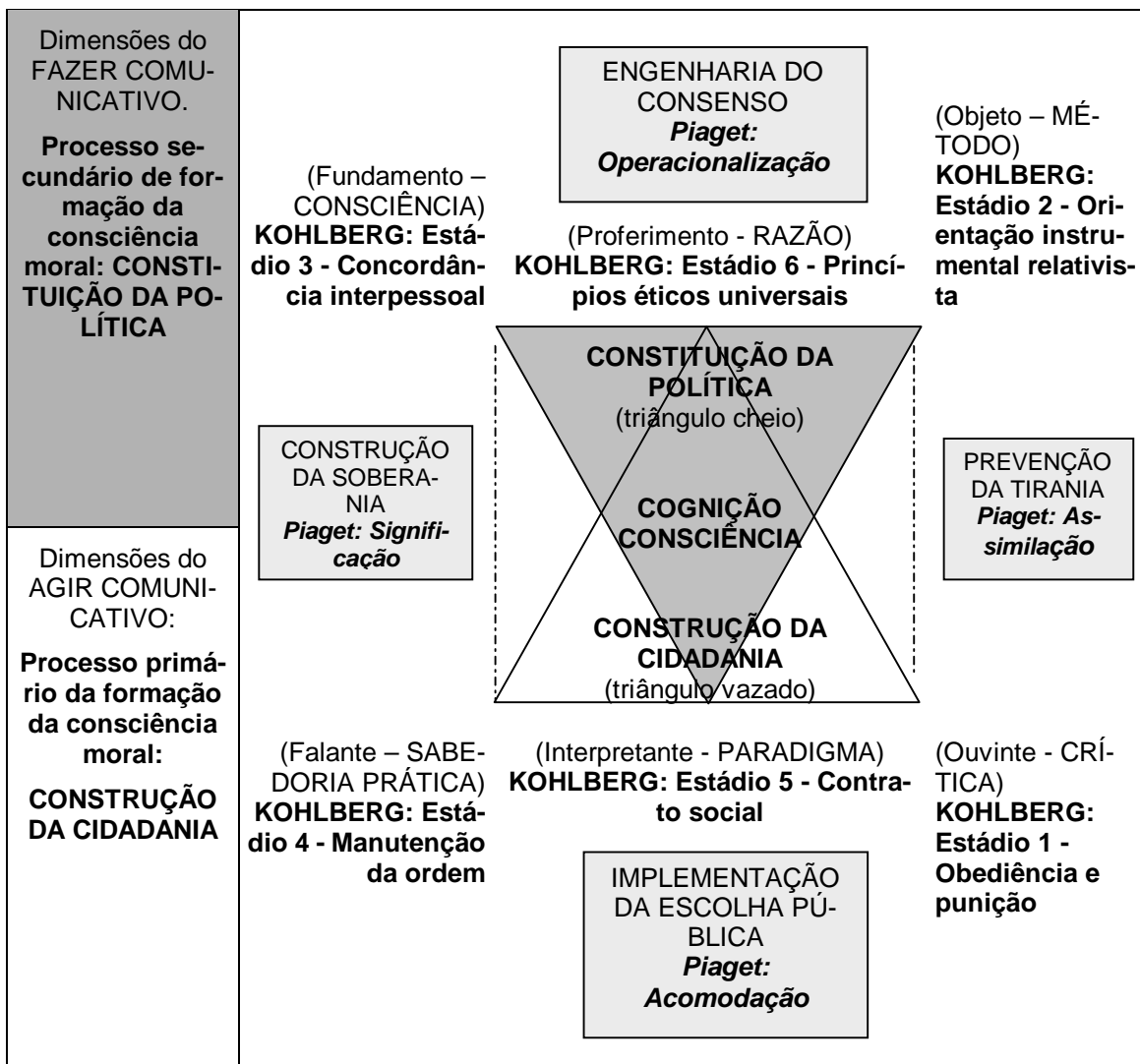
de formação da consciência, identificadas por KOHLBERG como os estádios da “obediência e punição”, da “manutenção da ordem social” e dos “princípios éticos universais”, conformam uma totalidade de sentido, como **construção da cidadania ativa** – ou seja, a tríade sógnica do reconhecimento da dignidade e capacidade civil das pessoas, face aos próprios desígnios e à razão do Estado. De outro lado, como fazer comunicativo, as etapas visualizadas na escala kohlbergiana do desenvolvimento moral, como “princípios universais éticos”, “contrato social” e “manutenção da ordem”, correspondem aos processos institucionais que engendram a **constituição da política democrática** – ou seja, o reconhecimento de uma esfera de responsabilidade coletiva, sob cuja autoridade se atualiza a consecução do bem comum da sociedade.

O construto piagetiano corresponde, portanto, no campo de estudos sobre o desenvolvimento da consciência, ao papel desempenhado pela teoria democrática, como explicitação das estruturas institucionais, necessárias e suficientes para assegurar o funcionamento e o avanço do processo civilizatório, em condições tais, que se possam implementar os imperativos éticos mais universais do convívio social. KOHLBERG trata, por sua vez, de explicitar quais são estes imperativos funcionais do convívio regulado e qual é o caminho crítico da auto-reflexão social que nos permitirá realizá-los.

PIAGET escreve sobre as condições cognitivas necessárias, capazes de nos abrir a mente ao universo das operações formais matemáticas; não está preocupado em nos apontar o caminho crítico a ser percorrido no aprendizado desta arte, para a capacitação do intelecto à elaboração de cálculos infinitesimais e outras formulações avançadas do espírito matemático. KOHLBERG, toma por suposto o efetivo aparelhamento destas condições cognitivas/institucionais no afrontamento político, para nos mapear o caminho que nos conduzirá à formulação e institucionalização do conteúdo da consciência como universais éticos.

A criança, apropriando-se das capacidades intelectuais correspondentes aos quatro estágios do desenvolvimento das estruturas mentais, visualizados por PIAGET, nem por isso dispensa o instrutor de matemática e o respectivo esforço de elaboração teórica, para tornar-se, afinal, apta à atualização do seu potencial cognitivo. A sociedade, ao percorrer os caminhos do desenvolvimento moral, até à atualização dos imperativos morais, que a razão nos permite formular, nem por isso prescinde da construção das estruturas institucionais que viabilizam essa evolução. O desenvolvimento das estruturas mentais em PIAGET, portanto, está para a teoria matemática, assim como a institucionalização da democracia está para a formação da consciência moral em KOHLBERG. [O **Quadro 2**, formaliza esta análise no modelo paradigmático da epistemologia de síntese.]

**QUADRO 2: Processos construtivos, da cognição em Piaget e da formação da consciência moral de Kohlberg, no enquadramento categorial da disciplina política, conforme o modelo paradigmático da epistemologia de síntese.**



Legenda: **Funções sógnicas em negrito simples** – estágios de Kohlberg; **Funções estruturantes em negrito itálico** – *categorias de Piaget*. Em fonte normal, as categorias da disciplina política na epistemologia de síntese. (Entre parêntesis: categorias do núcleo sógnico da auto-reflexão comunicativa).

Assim conceitualizadas, na conformação de uma **teoria geral** do desenvolvimento da consciência moral, funções estruturantes e funções sógnicas, são termos irreduzíveis do mesmo desenvolvimento pessoal/social, e assim também, necessariamente, se complementam. Por isso mesmo, serão diferenciadas, embora articuladas no modelo conceitual que estamos trabalhando, as conseqüências originárias dos problemas de percurso na atualização da estrutura e do sentido que conformam o processo civilizatório.

Essas implicações ficam mais claras, quando se confrontam os problemas **estruturais** do **aprendizado, enquanto processo de cognição**, com os problemas **sógnicos** da **educação, enquanto formação de consciência**.

Relativamente aos processos [eventualmente estágios] descritos por PIAGET, o que ocorre, quando os mesmos não são satisfatoriamente ultrapassados ou “resolvidos”, são **déficits de aprendizagem – “doenças” do processo cognitivo**, cujos impactos representam bloqueios ao desenvolvimento da estrutura cognitiva nos níveis subseqüentes. Neste sentido, déficits de *assimi-*

lação, na teoria piagetiana, funcionam como obstáculos à *acomodação*; e assim sucessivamente nos níveis superiores de formação das estruturas mentais. Disso decorre, também, a irreversibilidade desse processo. Cada etapa, qualitativamente alcançada, representa a superação dos desafios apresentados pelas etapas anteriores. Não há como, nem porque, regredir-se a estrutura da mente às suas condições anteriores, a menos que isso ocorra por um acidente de origem externa, que implique mutilação ou qualquer sorte de degeneração biológica, capaz de afetar os níveis de funcionalidade orgânica (físico-química) alcançados pelo desenvolvimento cumulativo do intelecto.

Quando, entretanto, se trata de **funções sgnicas** [eventualmente concebidas como estádios de desenvolvimento moral] como as compreendidas na teoria do desenvolvimento da consciência moral de KOHLBERG, proponho que o conteúdo substantivo do que foi construído ou omitido na ultrapassagem de cada etapa, não representa um déficit ou bloqueio à elaboração dos desafios que se postulam à consciência nas etapas subseqüentes, mas influi no conteúdo da sua realização possível. Nesse sentido, **problemas na ultrapassagem da seqüência evolutiva da formação moral, resultarão em disfuncionalidades dinâmicas, complexos e regressões da personalidade**, cuja patologia aponta à frustração dos interesses que promovem a formação da consciência.<sup>11</sup>

#### 4 CRISE DA CIVILIZAÇÃO DEMOCRÁTICA: A FALÊNCIA GENERALIZADA DAS FUNÇÕES ESTRUTURANTES NA POLÍTICA

Uma vertente, para o estudo das funções estruturantes no processo cognitivo, pode ser visualizada na teoria do desenvolvimento da personalidade elaborada por VICTOR TURNER [*La floresta dei simboli*]. O estudo das psicopatologias ganha densidade neste autor, na análise das dificuldades emergentes à ultrapassagem de quatro estádios que demarcam a elaboração pessoal da relação triádica “EU-OBJETO-TU” – quais sejam: **arcaísmo, simbiose, diferenciação e consolidação**. Déficits emocionais, em cada uma destas etapas, apontam para uma taxionomia das doenças mentais, sinalizando respectivamente: o **autismo, a paranóia, a depressão e a esquizofrenia**.

Da mesma forma, no âmbito dos sistemas políticos, à incapacidade de enfrentar satisfatoriamente os desafios especificados pela divisão estrutural do saber – como PREVENÇÃO DA TIRANIA, IMPLEMENTAÇÃO DA ESCOLHA PÚBLICA, CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA e ENGENHARIA DO CONSENSO – correspondem déficits de realização política. A estes proponho caracteriza-los, respectivamente, como DÉFICIT DE AUTONOMIA, cuja patologia, no seu limite, é a **DITADURA**; DÉFICIT DE PRODUTIVIDADE E OU DISTRIBUIÇÃO, cuja patologia é a **MISÉRIA**; DÉFICIT DE RESPONSABILIDADE, cuja patologia é a **IMPUNIDADE**; e DÉFICIT DE IDENTIDADE, cuja patologia é o **CINISMO**.<sup>12</sup>

Na saga dessas deficiências da estrutura político-institucional, toda uma sintomatologia pode ser construída, da qual darei, apenas, alguma indicação, vinculando: à DITADURA, os vícios políticos da apatia e da intolerância; à MISÉRIA, os vícios da repressão e da exclusão; à IMPUNIDADE, os vícios da frustração e da corrupção; e ao CINISMO, os vícios da insegurança e do individualismo.

Ditadura, miséria, impunidade e cinismo, são, portanto, **doenças sociopolíticas** – isso que as torna suscetíveis de uma investigação, capaz de esclarecer a sua etiologia: explicitando a sua sintomatologia, identificando os seus agentes ou vetores patogênicos e, afinal, o que mais interessa, propondo os caminhos e alternativas preventivas e terapêuticas para a manutenção recuperação da saúde do organismo social.

São amplas e profundas, nessa perspectiva, as implicações dessa abordagem das **funções estruturantes** da vida política. Como, também, o são as implicações correlatas das teorias de PIAGET e TURNER. Uma das questões, ainda intrincadas, que o seu desenvolvimento e crítica têm proposto, diz respeito à eventual seqüencialidade dessas etapas, e assim à cumulatividade

<sup>11</sup> Psiquiatria e psicanálise correspondem, na sua diferenciação e complementariedade, à terapêutica das patologias que afetam às funções estruturantes da mente e às funções sgnicas da personalidade.

<sup>12</sup> Muito próxima dessa visão, a teoria platônica dos processos de degradação do governo, constitui uma primeira elaboração da visão construtivista aplicada à análise das estruturas políticas. [A REPÚBLICA, Livro VIII], Ed. Globo, Porto Alegre, 1964]



dos seus desafios; outra, refere à medida em que as deficiências na sua ultrapassagem possam ser quantitativamente flexibilizadas e qualitativamente contingencializadas. Sob o influxo das teorias contemporâneas do inatismo, parece hoje relevante, flexibilizar-se a hipótese piagetiana da seqüencialidade rígida e da ultrapassagem qualitativa das etapas do processo cognitivo [PENNA,1986]. Torna-se, assim, paradoxalmente, mais plausível a extensão dos aportes teóricos da cognição aos processos estruturais da política onde, efetivamente, as questões substanciais da ditadura, da miséria, da impunidade e do cinismo, admitem configurações quantitativamente diferenciadas. Não se pretende, no entanto, nos limites deste texto, adentrar essa controvérsia, bastando sinalizá-la para investigações ulteriores.

A **Tabela 3**, a seguir, formaliza o quadro conceitual avançado nesta análise das **funções estruturantes** do sistema político, e da sua correspondência na teoria da personalidade.

**Tabela 3 – Funções estruturantes no processo do conhecimento, na política e na psicologia**

<b>Funções estruturantes no processo do conhecimento</b>	<b>Funções estruturantes na política e suas implicações na DIVISÃO ESTRUTURAL DO SABER NA DISCIPLINA POLÍTICA</b>	<b>TAXIONOMIA DOS QUATRO DÉFICITS DE REALIZAÇÃO POLÍTICA</b>	<b>Funções estruturantes na psicologia: TEORIA DOS ESTÁGIOS DO DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE - [TURNER]</b>	<b>Correspondência das funções estruturantes nos MODOS DA PERCEPÇÃO PSÍQUICA [FREUD] ou ESTÁDIOS COGNITIVOS [PIAGET], configurando uma taxionomia das PSICOPATOLOGIAS</b>
<b>RELIGIÃO</b>	<b>PREVENÇÃO DA TIRANIA:</b> TEORIAS DOS DIREITOS HUMANOS E DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	<b>DÉFICIT DE AUTONOMIA:</b> apatia e intolerância > <b>DITADURA</b>	<b>1º ESTÁGIO DO DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE:</b> Eu=objeto - <b>ARCAÍSMO</b>	<b>ATENÇÃO [ASSIMILAÇÃO]</b> - egocentrismo e apatia - polaridade do “eu” - <b>AUTISMO</b>
<b>CIÊNCIA</b>	<b>IMPLEMENTAÇÃO DA ESCOLHA PÚBLICA:</b> MODELOS FORMAIS DE TOMADA DE DECISÃO E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	<b>DÉFICIT DE PRODUTIVIDADE E OU DISTRIBUIÇÃO:</b> repressão e exclusão > <b>MISÉRIA</b>	<b>2º ESTÁGIO DO DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE:</b> Eu x objeto - <b>SIMBIOSE</b>	<b>PENSAMENTO [ACOMODAÇÃO]</b> - narcisismo e dependência - incapacidade de lidar com o princípio do prazer - <b>PARANOIA</b>
<b>FILOSOFIA</b>	<b>CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA:</b> TEORIAS DAS FORMAS DE GOVERNO E DO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO	<b>DÉFICIT DE RESPONSABILIDADE:</b> frustração e corrupção > <b>IMPUNIDADE</b>	<b>3º ESTÁGIO DO DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE:</b> Eu x (objeto=tu) > <b>DIFERENCIAÇÃO</b>	<b>JUÍZO -[SIGNIFICAÇÃO]</b> - perfeccionismo e autoanulação - polaridade do “tu” - <b>DEPRESSÃO</b>
<b>ARTE</b>	<b>ENGENHARIA DO CONSENSO:</b> CONFORMAÇÃO DAS FÓRMULAS POLÍTICAS E PACTOS CONSTITUCIONAIS	<b>DÉFICIT DE IDENTIDADE:</b> insegurança e individualismo > <b>CINISMO</b>	<b>4º ESTÁGIO DO DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE:</b> Eu x objeto x Tu > <b>CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>RACIOCÍNIO - [OPERACIONALIZAÇÃO]</b> - camaleonismo e midiatismo -incapacidade de lidar com o princípio da realidade - <b>ESQUIZOFRENIA</b>

#### **4.1 FUNÇÕES ESTRUTURANTES E FUNÇÕES SÍGNICAS NA CRÍTICA DA SOCIEDADE**

A composição do quadro categorial – explicitado na análise das funções estruturantes e sígnicas que operam no desenvolvimento da pessoa e da sociedade – e, mais especificamente, a caracterização dos déficits de realização e a conformação sociopolítica dos obstáculos epistemoló-

gicos, que elaborei nas secções precedentes, pretendem contribuir para o resgate e consolidação da disciplina política, como uma ciência reconstrutiva da sociedade democrática. Isso implica, simultaneamente, no afrontamento consistente da complexidade do social e na formulação de uma teoria normativa da política, face aos paradigmas reducionistas e cientificistas que, embora esgotados, sobrevivem à passagem da modernidade:

É oportuno e necessário ancorar-se estas *démarches*, de um paradigma pós-moderno da ciência política, numa revisão das abordagens teóricas, que se propuseram semelhante enfrentamento – da totalidade sistêmica e da finalidade histórica – no processo da construção da sociedade industrial. Ressalta, aqui, a importância de se aprofundar, nos objetivos precípuos dessa investigação, o diálogo com Karl MARX e Sigmund FREUD; até mesmo, e fundamentalmente, para estabelecer-se o contraste com os aportes contemporâneos das teorias da formação e desenvolvimento da consciência de PIAGET e KOHLBERG.

Merece atenção, neste sentido, o pano de fundo teórico da crítica à **sociedade unidimensional** formulada por Herbert MARCUSE [1967]. Em sua obra mais divulgada, a “**Ideologia da Sociedade Industrial**”, mas também em “**Eros e Civilização**”, este autor nos oferece um arcabouço conceitual – que atualiza as abordagens teóricas de FREUD e MARX – para compreender e analisar um **estado** da consciência coletiva [como processo de auto-reflexão comunicativa], essencialmente divergente das constatações empíricas de Lawrence KOHLBERG, sobre o presente **estádio** contemporâneo do desenvolvimento moral da sociedade americana (tomada como parâmetro para uma análise abrangente do estado atual do processo do industrialismo).

MARCUSE descreve as características marcantes da vida nesta sociedade, nos seguintes termos: “*A união da produtividade crescente e da destruição crescente; a iminência do aniquilamento; a rendição do pensamento, das esperanças e do temor às decisões dos poderes existentes; a preservação da miséria em face de riqueza sem precedente; constituem a mais imparcial acusação - ainda que não sejam a **razão de ser** desta sociedade, mas apenas um subproduto, o seu racionalismo arrasador, que impele a eficiência e o crescimento, é, em si, irracional*”.[1967:16/17]

MARCUSE retira dessa compreensão uma proposição, que é pertinente à linha de questionamentos que pretendo aprofundar: “*O fato de a grande maioria da população aceitar e ser levada a aceitar essa sociedade, não a torna menos racional e menos repreensível. **A distinção entre consciência verdadeira e falsa, entre interesse real e imediato, ainda tem significado.***” [1967:16/17]

O contraste dessa descrição, com a idéia de uma sociedade moralmente desenvolvida e, assim, situada em nível razoavelmente elevado de racionalidade – eis que realizaria atualmente uma transição entre o quarto e o quinto estádios da escala KOHLBERG – é sintomático das interrogações que venho esboçando nesta análise. Isso que, até mesmo como um teste à sua consistência, justifica um momento de atenção às implicações teóricas da sua contradição aparente e da sua eventual convergência. [Na **Tabela 4**, a seguir, identifico o *locus* das categorias, que a análise marcuseana permite formalizar, na representação conceitual do núcleo sógnico do processo de formação de políticas].

**Tabela 4: Categorias da formação da consciência moral de KOHLBERG e sociedade unidimensional de MARCUSE no núcleo signico da disciplina política.**

Categorias da Epistemologia de Síntese	Impactos dos interesses epistemológicos	Categorias da formação da consciência moral de KOHLBERG e da sociedade unidimensional de MARCUSE		
		Primeiridades	Terceiridades	Secundidades
<b>NÚCLEO TRIÁDICO DO SIGNO em MARCUSE: “IDEOLOGIA DA SOCIEDADE INDUSTRIAL”</b>	Fazer comunicativo: Constituição política - valores fundamentais > <b>MARCUSE: SOCIEDADE CORPORATIVA</b>	Fundamento: Princípio – <b>MARCUSE: SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES MAIS-REPRESSIVAS</b>	Intepretante: Aplicação – <b>MARCUSE: ALTA PRODUTIVIDADE – A FELICIDADE NO CONSUMISMO</b>	Objeto: Organização – <b>MARCUSE: PADRONIZAÇÃO TECNOLÓGICA E DESIGUALDADE SOCIAL</b>
	Agir comunicativo: Construção da cidadania - critérios de realização > <b>MARCUSE: HOMEM UNIDIMENSIONAL</b>	Falante: Representação – <b>MARCUSE: O DESEJO COMO CAPACIDADE AQUISITIVA</b>	Proferimento: Expressão – <b>MARCUSE: THANATOS/COMPETIÇÃO/DESTRUIÇÃO</b>	Ouvinte: Arquétipo – <b>MARCUSE: RENDIÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO À RAZÃO INSTRUMENTAL E AOS PODERES EXISTENTES</b>

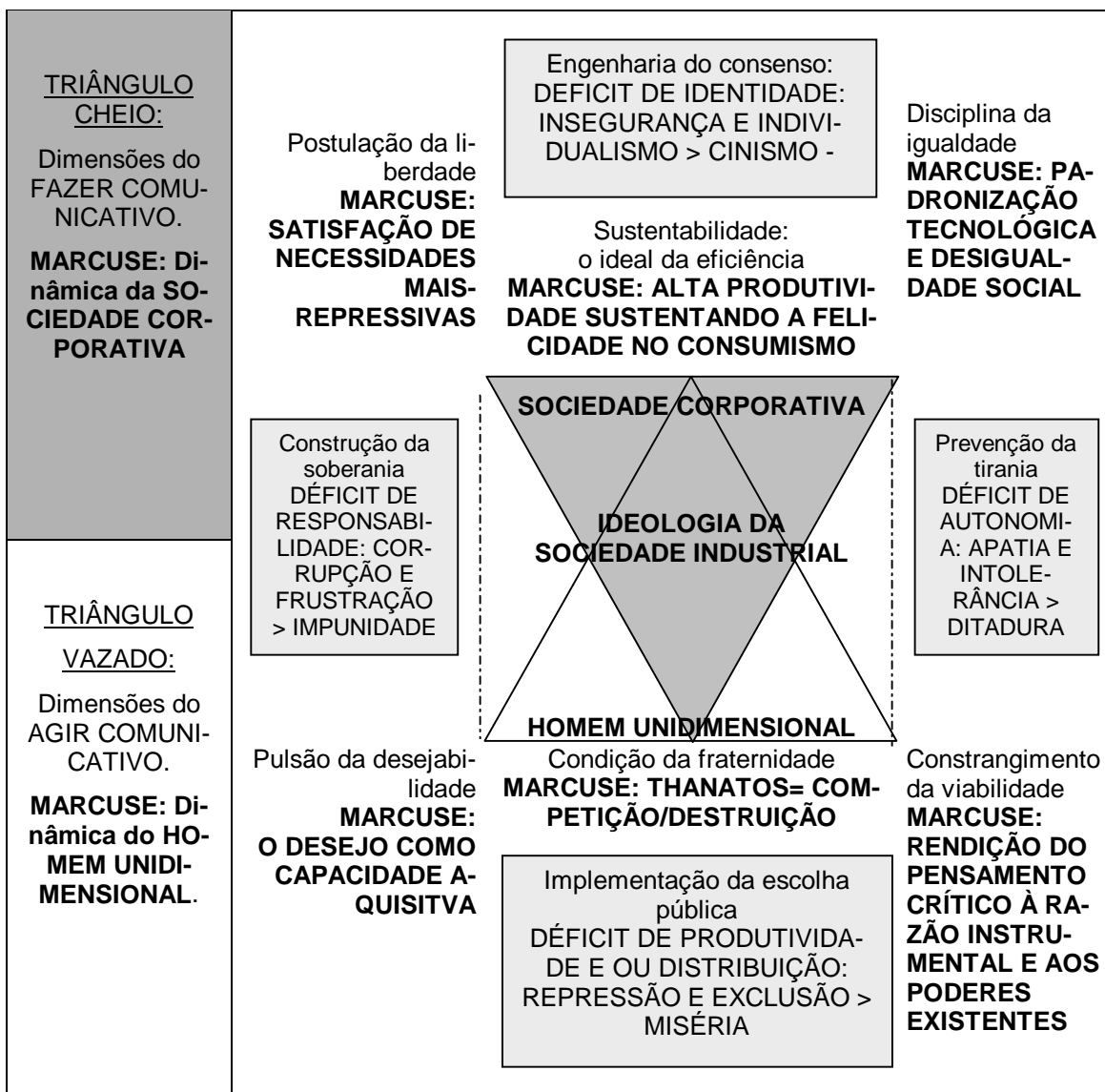
O tema da insatisfação marcusiana, com os traços constitutivos de uma sociedade corporativa, construída sobre os fundamentos da mais-repressão [a repressão que se agrega aos contingenciamentos existenciais da escassez e aos regramentos constitucionais da sociedade política, como decorrência de uma tentativa de eliminação do conflito e pela demissão do pensamento diante das responsabilidades da sua solução proativa], obvia a plasticidade do modelo paradigmático da disciplina política. Na sua conformação teórica, clarificam-se as implicações do pensamento crítico de Herbert MARCUSE [com abrangência da sociedade industrial], possibilitando avançar, sobre as suas premissas, o esclarecimento de questões relevantes ao afrontamento temático da psicopatologia social.

A abordagem marcusiana da “ideologia da sociedade industrial” pode ser compreendida na operação de dois processos, dialeticamente articulados, que fazem às vezes do seu agir e fazer comunicativos: a saga dos indivíduos reduzidos à tragédia de uma personalidade unidimensional; e os prospectos de uma sociedade completamente absorvida no mundo organizacional.

Em MARCUSE, o princípio que (co)mova o Homem Unidimensional é uma manifestação perversa do desejo – enquanto capacidade aquisitiva – e seu arquétipo, o grande ouvinte da “maioria silenciosa”, é a rendição do pensamento crítico aos limites da razão instrumental e aos desígnios dos poderes existentes. Disso que resulta, precipuamente, um elevado nível de produtividade que se expressa e esgota, entretanto, na felicidade momentânea, superficial e estereotipada do consumo elevado a critério máximo de realização pessoal. O processo complementar e dialeticamente articulado, da conformação da Sociedade Corporativa, por sua vez, adota como fundamento e princípio as necessidades mais-repressivas, engendradas pelo aparato industrial e orientadas ao bloqueio de todas as outras representações da cidadania, potencialmente conflitivas e que não coincidam com o padrão estandardizado de realização e acumulação da sua capacidade aquisitiva.

A objetivação deste princípio, conformando o arcabouço organizativo da sociedade, assim visualizada, é a padronização tecnológica, nos patamares de uma acessibilidade artificialmente estimulada – a qual convive, no entanto, com a desigualdade social e a miséria, no limite externo da sua própria riqueza. Disso decorre que, o componente ideológico que estabelece a mediação necessária – o interpretante – entre o fundamento e o objeto dessa sociabilidade perversa é THANATOS: o princípio da destruição, na emulação selvagem de uma competição que representa um tardio retorno ao estado hobbesiano de natureza. [O **Quadro 3** formaliza este entendimento].

**QUADRO 3: A “ideologia da sociedade industrial” de MARCUSE, no enquadramento categorial da disciplina política, conforme o modelo paradigmático da epistemologia de síntese.**



Legenda: **Em negrito, categorias de MARCUSE.** Em fonte normal, as categorias da disciplina política na epistemologia de síntese.

Na esteira destes postulados, a teoria marcusiana incide no cerne da questão aberta pela análise da teoria de KOHLBERG: constituirão, essa Sociedade Corporativa e seu produto, o Homem Unidimensional, os espectros palpáveis de uma regressão, de um desenvolvimento divergente (desviado) ou as seqüelas de um bloqueio traumático, na formação da consciência individual e coletiva da modernidade? Para avançar-lhe uma tentativa de resposta, obrigo-me a buscar auxílio na teoria dinâmica da sociopsicanálise.

## 5 CRIME ORGANIZADO: A CORRUPÇÃO ARTICULADA DAS FUNÇÕES SÍGNICAS DA POLÍTICA

Na seqüência dessa reflexão, explorar agora o aspecto complementar da análise até aqui avançada, que compreende as implicações de uma **teoria do desenvolvimento, aplicada às funções sígnicas** da consciência e da política.

Uma proposição básica desde logo exige clarificação: a possibilidade que as deficiências no enfrentamento dos desafios funcionais – sinalizados pelos diferentes estádios no desenvolvimento da consciência moral em Kohlberg – **não impliquem déficits – e que também não impliquem em bloqueios** ao processo de formação de consciência ou de institucionalização política; **mas que venham a implicar na atualização desses processos com sinais trocados**, num sentido “regressivo” ou em direções “divergentes”.<sup>13</sup>

Até lá não chegou KOHLBERG, cuja teoria do desenvolvimento moral não se beneficiou da clarificação, aqui empreendida, das funções estruturantes e sígnicas no processo da auto-reflexão comunicativa. Por isso mesmo, este autor desenvolve a sua concepção dos estádios na formação da consciência moral, de natureza essencialmente sígnica, **como se estruturante fosse**. Nessa perspectiva, não contempla a hipótese da regressividade ou da multifinalidade dos respectivos estádios, porquanto reserva para estes, o suposto de uma seqüencialidade condicionada [o acesso a um nível superior implicaria a adoção prévia do ponto de vista previsto no nível inferior - ou seja, a realização do conteúdo substantivo previsto no estágio anterior] e de uma universalidade do respectivo conteúdo moral, que lhes conferem a característica iniludível de uma via de mão única para a formação e o desenvolvimento de consciência:

*“The concept of stages just described implies something more than age trends. First, stages imply invariant sequence. (...) Second, stages define “structured wholes,” total ways of thinking, not attitudes toward particular situations. (...) Third, a stage concept implies universality of sequence under varying cultural conditions.” [KOHLBERG, 1981:120-122]*

O conceito de “regressão” parece, portanto, não caber na teoria do desenvolvimento de KOHLBERG, como também parece, não existir nela espaço para a idéia de um desenvolvimento divergente - seja este visualizado, pelo conflito de padrões alternativos de conduta num mesmo estágio, ou por um processo cumulativo de desvios ou patologias mentais ou sociais, correspondendo a vias oblíquas de formação de consciência.

Tais questionamentos agregam perplexidade no esforço de derivar da teoria kohlbergiana uma praxiologia da educação moral. Ademais, para o politicólogo militante, que testemunhou e reflete sobre níveis de complexidade e organização crescentes da patologia individual e coletiva na política, a inflexibilidade e a unidirecionalidade, explicitamente assumidas da teoria do desenvolvimento de KOHLBERG, não satisfazem as exigências de uma compreensão totalizante dos processos de formação da consciência moral.

Inobstante o importante avanço, representado pela formalização de uma teoria contemporânea, em bases empiricamente sustentáveis, que aponta para uma efetiva maiêutica da consciência moral, corre-se o risco de esquecer, na formulação kohlbergiana, que a tarefa do filósofo, em sua perscrutação do saber, tem os seus lados branco e negro. Afinal, não se diria, socorrendo-se no diálogo do filósofo, *“que as almas melhor dotadas se tornam particularmente más quando recebem má educação?”* [PLATÃO, 1964]

O construto teórico de KOHLBERG representa o ponto de partida, apenas, para uma reflexão capaz de identificar, em seus níveis de complexidade e de responsividade a valores, os processos alternativos de uma teoria dinâmica da formação da personalidade individual e coletiva. Enquadra-se nessa perspectiva, a visualização e compreensão do caráter – progressivo e regressivo, correto ou normal e desviado, harmônico e traumático – do estágio efetivamente alcançado pela capacidade de auto-reflexão comunicativa em sociedade. Até porque, de fato, “regressão”, “desvio” e “trauma”, são conceitos das teorias dinâmicas da personalidade, que precisam ser enquadrados por uma teoria contemporânea da formação da consciência moral.

---

<sup>13</sup> Referência ao conceito psicanalítico de “regressão”, e à concepção funcionalista dos “desvios” de comportamento.

Em síntese, o que o analista precisa decidir, relativamente à concepção kohlbergiana do processo de formação da consciência moral, é se lhe basta contentar-se em promover a ultrapassagem de cada um dos seus seis estádios de desenvolvimento, ou se precisa preocupar-se sobre as condições **como** cada uma dessas etapas é efetivamente ultrapassada.

Numa primeira alternativa de resposta a essa questão, a teoria de KOHLBERG reproduziria, simplesmente, uma extensão do modelo piagetiano de construção das estruturas cognitivas, para o campo da formação de consciência. Tratar-se-ia de uma tentativa de compreensão das respectivas **funções estruturantes**. E não haveria, assim, por quê questionar-se sobre o conteúdo substantivo do juízo, em cada estágio do respectivo desenvolvimento. Neste caso, então, os seis estágios de Kohlberg conformariam uma explicação genética das estruturas da consciência - pura e simplesmente - e não de uma teoria da formação da **consciência moral**. Isso que, por sua vez, implicaria numa restrição ao pressuposto kohlbergiano, de uma aproximação sucessiva à realização de valores éticos universais, a medida em que se galgam os degraus da respectiva escala de desenvolvimento.

Contrariamente, uma segunda alternativa de resposta identifica o grande mérito de KOHLBERG, precisamente, no fato que, na elaboração da sua escala de desenvolvimento da consciência, propõe-se ultrapassar os limites de uma análise genético-estrutural, e implica nisso o aprendizado de valores da convivência universal – ou, melhor dito, de conteúdos substantivos da auto-reflexão participativa. Para consolidar, no entanto, esse ponto de vista, KOHLBERG deveria assumir explicitamente, a par da promessa, o ônus inerente à elaboração de uma teoria das **funções sígnicas**: a necessidade de aprofundar a análise das **contradições possíveis do sentido**, no conteúdo simbólico do processo de comunicação, a cada passo realizado, ou seja, a cada estágio ultrapassado.

Para decidir entre essas duas alternativas de resposta, torna-se inevitável o afrontamento de algumas outras perguntas:

- [a] Em que medida seria possível uma **regressão**, no processo de formação da consciência moral, desde os valores afirmados num determinado estágio do seu desenvolvimento? Em que circunstâncias isso é teoricamente previsível e quais as suas conseqüências na construção da personalidade?
- [b] Em que medida seria possível, também ou alternativamente, um **desvio** no processo de formação da consciência moral, relativamente aos valores postulados em cada um dos seus estágios? Em que circunstâncias isso é teoricamente previsível, e quais as suas conseqüências na construção da personalidade?
- [c] Em que medida o **bloqueio** do processo de formação da consciência moral, pela estagnação da personalidade num determinado estágio intermediário do seu desenvolvimento, não constituiria um **trauma** da personalidade? Em que circunstâncias isso é teoricamente previsível e quais as suas conseqüências?
- [d] Complementarmente, poderia questionar-se, ainda, em que medida um tal **bloqueio** no desenvolvimento da consciência moral - alternativa [c] - não poderia induzir à incidência de uma das alternativas [a] ou [b] anteriormente citadas: ou seja, à **regressão** a estágios mais primitivos da consciência; ou, ao **desvio** de uma consciência mal formada?

Se estes questionamentos são plausíveis, no que se refere à formação da consciência individual, muito mais ainda o serão, ao deslocar-se o foco de análise para a formação da consciência coletiva.

Ressalta a importância desses questionamentos, a evidência empírica, referida por KOHLBERG [1981:237], que a população adulta norte-americana se encontra majoritariamente situada, num estágio de desenvolvimento moral [Estágio 4]; o qual é, por sua vez, diferenciado daquele que informa a engenharia das suas instituições políticas [v.g. - a Declaração da Independência e a Constituição, que se conformam aos princípios do Estágio 5]. Tal possibilidade, remete à necessidade de uma investigação, sobre as possibilidades e conseqüências da influência mútua, entre níveis diferenciados de consciência, que possam ser manifestados por distintos grupos numa sociedade. Uma investigação que haverá de esclarecer, também, as conseqüências previsíveis, da assintonia entre o estágio de desenvolvimento da sua consciência coletiva [agregada] *vis a vis* daquela representada nos processos institucionais [os quais, já se viu, conformam as funções estruturantes da auto-reflexão comunicativa].

Considerando-se, que a consciência moral representa uma modalidade de resposta a problemas de convivência, haverá que especular-se, também, sobre as conseqüências previsíveis da assintonia entre o desenvolvimento desta capacidade coletiva e a solução efetiva aos problemas de sociabilidade, emergentes no quadro civilizatório em que se insere?

É relevante perguntar-se, ainda sobre o quê fazer, se a resolução dos problemas sociais estiverem a exigir um nível de desenvolvimento, superior àquele prevalecente no estágio atual da consciência coletiva ou na capacidade institucional das sociedades. Nestes casos, a incapacidade de ver adiante, cumulada com a frustração dos problemas não resolvidos, não poderia determinar um regresso social, ou um desvio no caminho à frente, insuscetíveis de enquadramento no modelo de desenvolvimento da consciência moral elaborado por KOHLBERG?

Até onde avançam os limites deste texto, pretendo afirmar a viabilidade de um afrontamento eficaz dessas questões, a partir do enquadramento da teoria kohlbergiana no paradigma sintético da ciência política.

Neste sentido, enquanto o jogo dos INTERESSES NA FORMAÇÃO DE POLÍTICAS permite caracterizar **três enfoques** diferenciados para o empreendimento social da auto-reflexão política [correspondendo aos três níveis da escala de KOHLBERG: pré-convencional, convencional e pós-convencional]; e, enquanto os respectivos PRINCÍPIOS e ARQUÉTIPOS correspondem a **seis funções signícas**, em consonância com os estágios da formação de consciência de KOHLBERG; torna-se possível afirmar a plausibilidade teórica daquilo que, de alguma forma, foi contraposto à inflexibilidade e unidirecionalidade do seu construto: a possibilidade da ocorrência de regressões, desvios e bloqueios traumáticos nos processos de formação da personalidade individual e das instituições.

Mais do que isso, o enquadramento dessa temática no horizonte do paradigma sintético, aponta para a construção de uma taxionomia dos OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS à realização do potencial emancipatório e regulatório da ciência política. A epistemologia de síntese os encontra e tematiza, exatamente ali, onde o modelo kohlbergiano revela a sua maior fragilidade [e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, o seu maior potencial heurístico]: no enfrentamento das questões substantivas da formação e desenvolvimento da moral coletiva. Exatamente onde se abre, também, o espaço para uma reconstrução teórica do construto kohlbergiano, que se torne compatível com a realidade material da vida política, contemplando, por isso mesmo, os conceitos da “regressão”, “desvio” e “trauma” psicossociais.

Sinalizando esta *démarche* teórica, a **Tabela 5**, a seguir, formaliza um tentativo *insight* de algumas das principais mazelas da nossa vida política, que se podem visualizar como obstáculos epistemológicos ao processo comunicativo em ciência política.<sup>14</sup> Com efeito, FUNDAMENTALISMO, MALTHUSIANISMO, CORPORATIVISMO, TOTALITARISMO, AUTORITARISMO e CIENTIFICISMO, são conceitos que designam - para além das idiosincrasias histórico-contextuais ou teórico-sistemáticas que lhes deram origem - configurações de sentido que podem interferir, como conteúdo das respectivas **funções signícas**, no processo da auto-reflexão comunicativa, como este é visualizado no modelo paradigmático da epistemologia de síntese.

---

<sup>14</sup> O conceito de “obstáculo epistemológico”, aqui utilizado, remete à definição que lhe dão Manuel CASTELLS e Emílio de IPOLA: “**Obstáculo epistemológico**: todo elemento ou processo extra-científico que, intervindo en el interior de una práctica científica, frena, impide o desnaturaliza la producción de conocimientos. Nota: definimos así a los obstáculos epistemológicos, no por su “origen” ni por su naturaleza, sino por su **funcionamiento y sus efectos**. Este conceito, por outro lado, nos permite aceitar, como um atributo do conceito de “epistemologia”, que preside nossa investigação, mas sem reduzir-se a ela, a definição que lhes propõem estes dois autores: “**Epistemologia**: práctica de vigilancia de las operaciones (conceptuales y metodológicas) de una práctica científica. El objetivo propio de esta vigilancia es nular o neutralizar a eficacia de los obstáculos epistemológicos que afectan a la producción de conocimientos. [CASTELLS e IPOLA: “Prática Epistemológica y Ciencias Sociales, o como desarrollar la lucha de clases en el plano teórico sin internar-se en la metafísica”, mimeo, UFRGS]

Tabela 5 - Configuração paradigmática dos OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS à realização do potencial emancipatório e regulatório da ciência política.

Categorias da Epistemologia de	Funções sgnicas derivadas dos interesses epistemológicos	Estágios de KOHLBERG	Obstáculos epistemológicos ao nível das categorias sgnicas			Conformação sóciopolítica dos obstáculos epistemológicos
			Primeiridades	Terceiridades	Secundidades	
Interesse da Fundamentação Transcendental do Entendimento: <u>RACIONALIDADE</u>	Princípio-Razão	<b>ESTÁGIO 6: Princípios Universais Éticos</b>	Parcialização: <b>SECTARISMO</b>	Justificação: <b>RITUALISMO/ATIVISMO</b>	Adjudicação: <b>DOGMA</b>	<b>FUNDAMENTALISMO</b>
	Arquétipo-Paradigma	<b>ESTÁGIO 5: Contrato-Social</b>	Consensualização: <b>EXCLUSÃO</b>	Formalização: <b>ANTAGONISMO</b>	Institucionalização: <b>DOMINAÇÃO</b>	<b>MALTHUSIANISMO</b>
Interesse da Compreensão Participativa do Discurso: <u>CREDIBILIDADE</u>	Princípio - Sabedoria prática	<b>ESTÁGIO 4: Manutenção da Ordem Social</b>	Totalização: <b>MONISMO IDEOLÓGICO</b>	Internalização: <b>TENSÃO IDEAL - FRUSTRAÇÃO/AGRESSÃO</b>	Reflexão: <b>CONTROLE TOTALITÁRIO</b>	<b>TOTALITARISMO</b> [Fascismo, Nazismo, Leninismo, Stalinismo, etc.]
	Arquétipo – Consciência	<b>ESTÁGIO 3: Concordância Interpessoal</b>	Empatia: <b>BUROCRACIA</b>	Postulação: <b>CONFORMISMO</b>	Convicção: <b>FISIOLOGISMO</b>	<b>CORPORATIVISMO</b>
Interesse da Reconstrução Teórica do Significado: <u>GOVERNABILIDADE</u>	Arquétipo-Método	<b>ESTÁGIO 2: Orientação Instrumental Relativista</b>	Demonstração: <b>ESPECIALIZAÇÃO FUNCIONAL</b>	Corroboração: <b>CAPACIDADE TECNOLÓGICA</b>	Observação: <b>NEUTRALIDADE EM RELAÇÃO A VALORES</b>	<b>CIENTIFICISMO</b>
	Princípio-Crítica	<b>ESTÁGIO 1: Obediência e Punição</b>	Suspeição: <b>HIERARQUIA</b>	Restauração: <b>MIMESIS – CAPACIDADE RETÓRICA - DOCTRINAÇÃO</b>	Recolhimento do sentido: <b>REPRESENTAÇÃO</b>	<b>CONFORMISMO</b>

### 5.1 A TEORIA SOCIOPSICANALÍTICA DE MENDEL E AS TRÊS REGRESSÕES DA PERSONALIDADE FRUSTRADA.

É penetrante, no foco desta investigação, a contribuição teórica de Gerard MENDEL [1973], cuja obra, *Sociopsicoanálisis*, desvela os mecanismos, através dos quais a questão democrática - e, assim também, a questão referente ao conteúdo substantivo das **funções sgnicas** - está implicada e decorre do sucesso ou insucesso das soluções oferecidas ao conflito de interesses na sociedade.

MENDEL resgata para a psicanálise a **dimensão ou esfera do político**, que constitui, ao lado da **esfera psíquica** e da sua **base biológica**, um terceiro **campo de manifestação e desenvolvimento da personalidade humana**. Nessa perspectiva, a sociopsicanálise amplia o universo



de investigação da escola analítica freudiana - até então limitada à esfera das representações psíquicas e das suas derivações somáticas - para o campo das relações, que se estabelecem entre as classes de indivíduos que se defrontam em luta pelo poder social, no seio das instituições.

Assim, para cada um dos três níveis de estruturação da personalidade, visualizados por MENDEL, haverá que corresponder uma função da mente:

*“No existirían, pues, como pensaba Freud, dos modos de funcionamiento mental (principio de placer y principio de realidad), sino tres. Según el yo-*Todo*, la fantasía (principio de placer): la omnipotencia imaginaria del arcaísmo; según el yo-*acto* (principio de realidad individual): el poder de lo psíquico, que funciona con arreglo a un esquema psicofamiliar; y según el yo de lo político, diversificación del segundo (principio de realidad social), pero que funciona de modo específico: no ya con arreglo a un esquema psicofamiliar, sino a la realidad percibida y actuada de la lucha de clases institucional; este tercer modo de funcionamiento mental da acceso al poder de lo político, única forma de poder social asequible al individuo sin que ese regrese a uno de los dos primeros modos de funcionamiento mental.”*  
[MENDEL, 1973, vol. 2:88/89]

Isso posto, um primeiro paralelismo pode se estabelecer, agora, entre as três dimensões da personalidade, emergentes nessa evolução conceitual da sociopsicanálise – as ESFERAS DE ATUALIZAÇÃO DA MENTE, segundo Mendel, constituídas pela: **Dimensão do Político, Esfera Psíquica e Base Biológica** dos indivíduos – e os três CAMPOS DE ATUALIZAÇÃO DO SABER, que conformam o quadro estrutural do processo do entendimento/conhecimento no modelo paradigmático da epistemologia de síntese, respectivamente, o **Campo da Fundamentação Transcendental do Entendimento**, o **Campo da Reconstrução Teórica do Significado** e o **Campo da Atualização Participativa do Saber**. Na disciplina política, por sua vez, estes três campos estruturais correspondem às três subdivisões da ESFERA PÚBLICA GLOBALIZADA, que venho designando, respectivamente, como as **Sub-Esferas Política, Jurídico-Institucional e Cívico-Deliberativa**.

Um segundo paralelismo teórico, permite compreender que, às três esferas de atualização da mente, supramencionadas, corresponderão também três INTERESSES CONFORMATIVOS DA PERSONALIDADE – esses mesmos que MENDEL designa como a *fantasia*, o **poder do psíquico** e o **poder do político**. Na epistemologia de síntese, essa correspondência se estabelece no conceito dos três INTERESSES EPISTEMOLÓGICOS.

Nessa perspectiva, o **Interesse da Reconstrução Teórica do Significado**, refere, no sistema da mente, o potencial latente da *fantasia* [correspondência epistemológica da *poiesis*], representação do **eu-todo** onipotente e arcaico, que responde à satisfação da libido. A *fantasia* emula o conhecimento primário [originário] do mundo, e atua na interface da **Esfera Familiar**, onde se articula criativa e reprodutivamente a estrutura relacional de base normativa dos indivíduos, com a sua **Base Biológica**, onde se enraízam as pulsões e determinações do seu próprio inconsciente e do meio ambiente. Também designada como a dimensão do comportamento lúdico ou do jogo, a *fantasia* constitui-se no grande arquétipo da conformação do psiquismo e, por isso mesmo, no código essencial à decifração da sua conduta, que a psicanálise (a freudiana, e mais especificamente ainda, a jungiana) alcançou à ciência cognitiva.

O **Interesse da Compreensão Participativa do Discurso**, por sua vez, refere à representação pré-consciente da energia ligada no **eu-ato**, que responde à satisfação do afeto – equilíbrio secundário de natureza emocional. O **poder do psíquico** [correspondência epistemológica da *praxis*], assim liberado, atua na interface da **Base Biológica** com a **Dimensão do Político** – a esfera intersubjetiva da personalidade, onde se promove a elaboração da consciência individual.

Finalmente, o **Interesse da Fundamentação Transcendental do Entendimento**, refere à satisfação da vontade – apropriação terciária de poder social, que estrutura a dimensão da personalidade desvelada por Mendel como **eu-político**. Desborda-se, como **poder do político** [correspondência epistemológica da *theoria*], na interface da **Dimensão do Político** com a **Esfera Familiar**, disso que resulta crucial, a sua desocultação, para a análise dos processos institucionais. A repressão ou qualquer sorte de frustração na transparência e efetividade dessa *démarche* do mente resulta na adoção acrítica de comportamentos e atitudes típicas quadro autoritativo-familiar na política [paternalismo, sexismo, etc.].

Um terceiro e último paralelismo, trata das proposições de MENDEL, que atendem à frustração do projeto substantivo - ou finalístico - sinalizado pelos três interesses conformativos da personalidade. Isso, que se projeta na elaboração de um **paradigma da psicopatologia do poder** – contemplando as manifestações REGRESSIVAS da personalidade neurótica que percorrem o caminho “inverso” - ou melhor dito, irrealizado - da sua atualização desejável:

*“La regresión de lo político al plano de lo psíquico se produce cuando los conflictos de clases sociales no pueden desarrollarse a fondo y en toda su amplitud, ni modificar radicalmente el devenir de esas clases, y cuando se los oculta o suprime por la fuerza. (...) Esa regresión - y en este sentido el término no es del todo correcto - no se produce desde una posición adquirida. No hubo primero conciencia de clase, conflicto de clases. **Es una regresión respecto de una posición que habría podido y debido ser alcanzada.** (grifei) Cuando el conflicto no puede expresarse en el nivel político, lo hace recurriendo a los materiales y elementos del nivel inmediatamente subyacente, o sea, el nivel psíquico.” [MENDEL, 1974, vol. 1:17-19]*

Este raciocínio, que se elaborou sobre a “regressão” do campo político à esfera do psíquico; aplica-se, também, às regressões da esfera do psíquico ao nível biológico. E torna-se bem clara, nessa formulação, a pertinência dos conceitos de MENDEL às observações registradas neste texto, relativamente aos estágios da formação da consciência moral de KOHLBERG.

Emerge, agora, no foco das questões levantadas, uma resposta consistente ao escopo desta investigação: **não é gratuita ou desonerosa a não-completação do processo de desenvolvimento da consciência moral.** Segundo MENDEL, há um preço a ser pago por isso. E este é cobrado à consciência estagnada, como “regressões” dos desafios à frente - os quais, efetivamente, não podem ser descartados da experiência vivida, mas resultam, então, falseados na sua finalidade. O modo como se produzem essas regressões, entretanto, e suas inteiras implicações e articulações na complexidade temática do desenvolvimento da consciência, constituem um campo teórico ainda muito pouco elaborado.

Para avançar um passo no seu esclarecimento, é oportuno reconhecer que os desenvolvimentos teóricos, até aqui avançados, resgatam à disciplina política a noção de complexidade. Não é simples, muito menos linear, o desenvolvimento da consciência moral. De outro lado, sinalizam a crucialidade da noção de obstáculo epistemológico: conceito-chave para a explicação da origem e do modo como procedem as regressões da consciência moral; e foco central de qualquer intervenção praxiológica, orientada ao resgate de uma fundamentação ética para o agir e o fazer comunicativos da Humanidade.

## **5.2 UM RESGATE NECESSÁRIO: NA DIALÉTICA TRIÁDICA DO PRINCÍPIO DO PRAZER E DO PRINCÍPIO DA REALIDADE, A EMERGÊNCIA DE UMA TAXIONOMIA ESTRUTURAL-FUNCIONAL DAS PSICOPATOLOGIAS.**

A confusão teórica entre as **funções estruturantes** do processo de comunicação e suas **funções sógnicas**, que venho clarificando ao longo deste texto, é responsável por um equívoco, que se impõe resgatar, nas conclusões que MENDEL sobre a esfera do político, como um terceiro campo de interações significativas na formação da personalidade. Pretende, a partir dessa proposição, ter superado e, assim descartado e substituído – pela sua compreensão triádica do político, psíquico e biológico – o construto central da analítica freudiana, na dinâmica do **princípio do prazer** e do **princípio da realidade**.

Ao contrário de MENDEL, no entanto, não vejo, na introdução do componente triádico das **funções sógnicas** da mente, a superação da dialética freudiana do **princípio do prazer** e do **princípio da realidade**, que, efetivamente, constituem o núcleo da elaboração das suas **funções estruturais**. De fato, é sobre a dialética triádica desses dois princípios, genialmente formulados por FREUD, que se poderá identificar as bases para uma taxionomia das doenças mentais, consistente com a estrutura do paradigma sintético e sua clarificação das funções sógnicas e estruturantes do psiquismo.

É complexa a analítica freudiana neste particular, até mesmo pela sua evolução conceitual, que evolui significativamente na passagem da primeira tópica (onde o aparato psíquico é visualizado pelas relações de três sistemas: **Inconsciente**, **Pré-consciente** e **Consciente**) à segunda tópi-

ca por volta de 1920 (onde o psiquismo passa a ser visualizado em termos de **Id**, **Ego** e **Superego**).

A indisponibilidade do paradigma triádico - como se encontra aqui formalizado - ao tempo em que FREUD desenvolveu a sua analítica, certamente dificultou-lhe a clarificação dessa passagem conceitual, de forma que viesse a esclarecer-se o *locus* da tensão diádica dos processos primários e secundários no núcleo sgnico da mente, das suas **funções estruturantes**.

O paradigma da epistemologia de síntese clarifica o pensamento de FREUD, sobre a interação das duas tríades que conformam o núcleo central do psiquismo, evidenciando o modo como se realiza a sua complementaridade dialética:

- [a] como um **fazer comunicativo** - uma primeira tríade constitui o **processo primário** da mente [*Energia livre - Inconsciente - Princípio do prazer*]; e
- [b] como um **agir comunicativo** - uma segunda tríade elabora o seu **processo secundário** [*Energia ligada - Pré-consciente - Princípio da realidade*].

Compreende-se, dessa forma como o **Sistema Consciente** (PSIQUISMO) da personalidade, na formulação que lhe é proposta por Freud, conforma-se na interação dialética desses dois processos constitutivos [constituídos pelas funções sgnicas da mente], e atualiza-se nas quatro manifestações ou modos de percepção psíquica - que identifiquei como as suas funções estruturantes: **ATENÇÃO, PENSAMENTO, JUÍZO E RACIOCÍNIO**.

Estas, por sua vez, correspondem aos **quatro estágios de formação da personalidade** de TURNER, mencionados por TREVISOL<sup>15</sup>, e caracterizados pelos conceitos de:

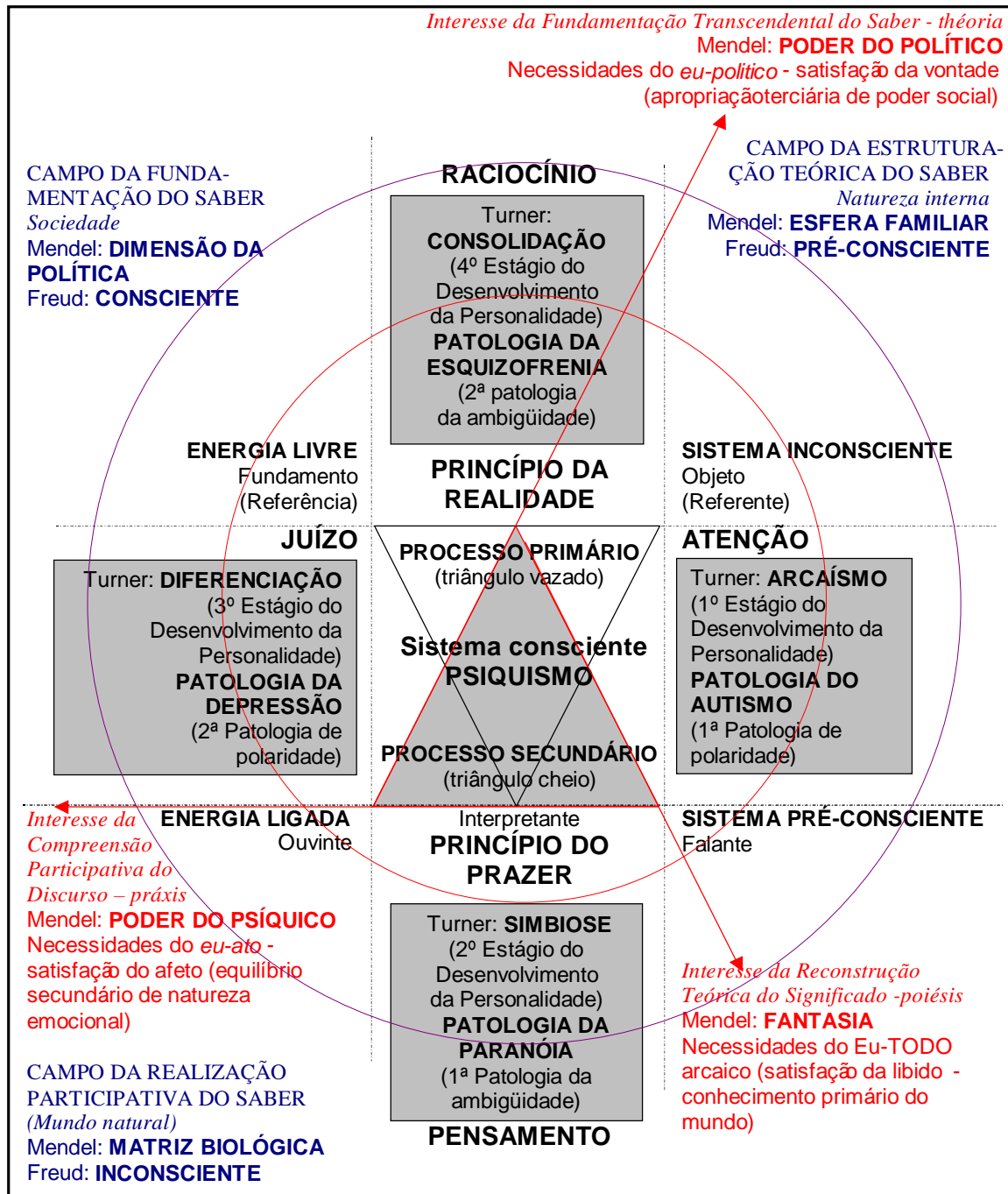
- [a] **arcaísmo** [ou momento arcaico-autista do "Eu-objeto"]; e
- [b] **simbiose** [ou momento simbiótico - que caracteriza a primeira percepção da ambigüidade na relação "Eu x objeto" - reconhecimento da autonomia do objeto];
- [c] **diferenciação** [marcada pelo reconhecimento da subjetividade do objeto - primeira etapa da relação Eu x Tu - marcada pela sua imediatividade]; e
- [d] **consolidação** [quando a personalidade constrói, afinal, a sua configuração triádica: Eu-objeto-Tu ou Eu-mediação-Tu].

Correspondem essas quatro manifestações da personalidade, também, a uma **taxionomia básica das patologias da personalidade**, que identificam **déficits de realização** no afrontamento dos desafios propostos pela configuração das **funções estruturantes**, que integram cada um dos quatro estágios da formação da personalidade. Essas patologias estão consistentemente figuradas no modelo paradigmático do **Quadro 4**, e são, respectivamente: o **autismo, a paranóia, a depressão e a esquizofrenia**.

---

<sup>15</sup> A referência aqui, é uma palestra proferida pelo Dr. Pe. JORGE TREVISOL, no dia 06/06/98, no Colégio Dom Feliciano, em Gravataí, onde desenvolveu uma belíssima exposição sobre relação entre os quatro estágios de formação da personalidade [trabalhados por VITOR TURNER: La Fioresta dei Simboli] e a formação da consciência religiosa. Foi no contexto teórico dessa reflexão, e nela inspirado, que desenvolvi a inserção das quatro patologias da personalidade no modelo paradigmático da epistemologia de síntese.

**Quadro 4: PRINCÍPIOS DO PRAZER e DA REALIDADE [Freud] na conformação de uma teoria geral da PSICOPATOLOGIA DO PODER**



O **autismo**, nessa figuração teórica, ressalta uma rejeição primária à elaboração da relação diádica - Eu x objeto - a qual se constitui no mecanismo elementar de formação da personalidade. Nesse caso, manifesta-se uma incapacidade do Sistema Consciente (ou PSQUISMO) em decodificar, ou assimilar, o impacto da totalidade refletida do Sistema Inconsciente pela totalidade vivida do Sistema Pré-consciente. Exatamente por isso, o Eu-Todo não consegue voltar-se sobre os obje-

tos... que lhe são externos, nem mesmo para deles se apropriar, o que se reflete na sintomatologia externa do autismo como **patologia da atenção**.

Fixações de personalidade, por conflitos irresolutos neste período arcaico, tenderão a manifestar-se na idade adulta sob a forma de egocentrismos de toda espécie. Na política, os déficits de realização da personalidade no período arcaico, se projetam na formação de um grande contingente - a **maioria silenciosa** nas democracias, os apáticos de toda sorte. É, de outro lado, se manifestam na cristalização de preconceitos e discrimines; de tudo aquilo que recusa ao Outro a própria dignidade de tornar-se um interlocutor ou protagonista legitimado no grande drama social. Seus portadores são marcados pela característica típica da **impaciência** - como incapacidade de ouvir... e da **auto-suficiência**, que emula a **arrogância** e a **truculência** no exercício do poder.

A **paranóia** surge na etapa seguinte de formação da personalidade: a simbiótica. Não se trata, aqui de um curto circuito na polaridade dos processos primário e secundário - trata-se sim, de uma dificuldade em processar o reconhecimento do Eu na autonomia do seu próprio objeto. O narcisismo, de um lado, como excesso de valorização do Eu, devido a uma ansiedade irresolvida pelo afastamento de um objeto de prazer; e, de outro lado, uma inequívoca sintomatologia de dependência, como devoção exagerada ao objeto que se teme perder - seja este um artigo de consumo, o parceiro sexual, o líder político ou religioso, o ídolo esportivo, enfim qualquer outro objeto de fixação midiático; são estes os componentes brutos dessa primeira patologia da ambigüidade.

Disso decorre que **o tipo clássico do paranóico é duplamente: um narcisista e, também, um dependente**. Encontram-se, nesse contingente humano, ambivalentes de toda a sorte, generosos e covardes, valentes e mesquinhos - mas, em qualquer hipótese, **perniciosos quando investidos de poder**: como o Imperador NERO, um narcisista fixado na própria mãe. Figura típica do paranóico clássico que, tendo mandado incendiar a cidade, e sucedendo libertar-se da sanha dos cidadãos enfurecidos, pela caridade de um punhal assassino, ainda haveria de balbuciar, em seu último alento, na exaltação do amor próprio embevecido: ***que grande poeta Roma está perdendo!***

Inseguros da própria condição humana e fantoches das suas fixações objetais, os paranóicos serão capazes de enfrentamentos heróicos e rendições patéticas - de condenações arbitrárias e embevecidas juras de amor. Formam um contingente humano, grandiloquente e ativo, cumprindo missões e defendendo consignas, conseguindo tornar-se simpáticos e cativantes, na exaltação das próprias virtudes... até o momento que se tornam fastidiosos e desdenham do próprio interlocutor.

Porque no seu aspecto mais insidioso, **essa patologia da ambigüidade é supressora do pensamento**, como o discorrer das idéias sobre um tema - porque **não se autonomiza o tema em relação ao amor de si próprio e sua projeção nos objetos**. O paranóico - sendo um narcisista-dependente - não reserva espaço, entre a sua desesperada necessidade de auto-afirmação e sua, não menos absoluta, necessidade de confirmação, para a investigação de uma hipótese ou para o acontecimento de um diálogo. Na política, isso os torna monocórdios... não recuando diante do próprio ridículo, porque dele não possuem a capacidade de discernimento.

Confundirão sempre, em torno de si mesmo, o público e o privado, a responsabilidade e a paixão, o palácio e o prostíbulo... E a sua volta acolherão os áulicos, afastando os críticos, até o momento em que a ingenuidade de uma criança, o sacrifício de um inocente, ou o genocídio de um povo, se torne capaz de gritar às consciências que os sustentam, que o rei está nu... explicitando, assim, a realidade dos fatos e a sua tragédia, nas implicações sociais da sua loucura.

A **depressão** é uma segunda patologia da polaridade. Dá-se aqui, um curto-circuito no fluxo de energia mental - mais propriamente no processo de canalização da energia livre ao processo secundário do vivido. Ocorre no estágio de formação da personalidade designado como o momento da diferenciação do Eu e do seu objeto; no momento da subjetivação deste objeto como Tu. A projeção da própria energia na dimensão do objeto - ao subjetivá-lo, numa relação em que o Eu se torna objeto, bloqueia a formação do juízo, como capacidade de se confrontarem argumentos e interesses, de origem interna e externa, à consciência dos próprios sentimentos. Em virtude disso, **recusa-se ao Eu o movimento da vontade, que plasma o objeto e, como ato, estabelece relações intersubjetivas**, na direção da sua auto-realização. Transfere-se todo o potencial de auto-reflexão comunicativa da relação diádica, para uma atitude de autocomiseração - construída sobre sentimentos de culpa e frustração - projetando-se fantasiosamente no grande Tu, que passa a ocupar a posição do sujeito, a capacidade e a responsabilidade pela sua regeneração.

No cotidiano da vida, o **depressivo clássico se deixará anular pelo perfeccionismo da obra que pretenda realizar, que restará sempre, por isso mesmo, inacabada**. Fonte de frustração e culpa, sua incapacidade de liberar a energia mental, como ato de uma realização concreta, os tornará intrigantes e bajuladores. Na política, os tipos depressivos clássicos, prestar-se-ão às tarefas mais humilhantes e despersonalizadas - como beatas de sacristia, numa relação de proximidade e sujeição à autoridade do padre; áulicos e alcagüetes do poder - formarão o **complemento ideal dos paranóicos, no coquetel fascista de uma relação patológica entre líder e massa nas sociedades afluentes**, entre dirigentes inescrupulosos e burocratas competitivos, no ritualismo das grandes corporações.

Finalmente, a **esquizofrenia** comparece nesse esquema teórico, como uma segunda patologia da ambigüidade. Já não se trata aqui, da ambivalência - narcisista e objetal - que revelava, na paranóia, uma incapacidade básica de lidar com o princípio do prazer na formação da própria consciência. Trata-se da **incapacidade de articular o mundo da vida no princípio da realidade**, como um espaço próprio, distinto do Eu e do Tu, estabelecendo-se os limites de sua vigência para cada uma dessas polaridades. A ambigüidade persiste, no fato que a personalidade balança entre uma identificação midiática com o(s) mundo(s) do(s) outro(s) e a construção embrionária da própria realidade, ao ponto de confundirem-se critérios de julgamento, projetarem-se expectativas, repetirem-se slogans, que nada dizem das próprias razões.

Na política e na sociedade, a **esquizofrenia é a componente patológica mais flagrante da sociedade de consumo**, com suas técnicas de propaganda e efeitos de demonstração. Caracteriza a instabilidade dos movimentos da opinião pública e se reflete na ambigüidade das relações pessoais, pela deslealdade intrínseca dos comportamentos estereotipados numa tipificação de “camaleonismo” - de “Maria-vai-com-as-outras”, como nos folguedos infantis - que faz da política mera arte da retórica e, do apelo populista aos interesses de cada auditório, uma bem estabelecida “profissão”.

Ao tipo esquizofrênico clássico dessa reincidiva sofisticada, não interessa quais as inconsistências - que os seus discursos contemplam - entre os interesses dos públicos que cativa; e não importa quais as dificuldades que estes interesses apresentem, relativamente à realidade própria e objetiva da sociedade e do Estado, em cuja dinâmica se inserem. A esquizofrenia, como **patologia do raciocínio**, suprime essas contradições. Num estágio avançado do desenvolvimento da personalidade, quando se tornou viável a elaboração de um discurso autônomo sobre a realidade, **cultiva a arte do descompromisso... com o próprio discurso**.

## **6 OS DESAFIOS DO CRIME ORGANIZADO À REALIZAÇÃO DA POLÍTICA DEMOCRÁTICA**

A sociopsicanálise designa pelo conceito de regressão, o retorno da consciência a formas que revestiram estágios eventualmente já ultrapassados ou subjacentes do desenvolvimento da personalidade, originando-se nisso uma representação, destarte perversa, de conteúdos não-resolvidos da consciência ética universal.

Avançando nesta linha de considerações, esta investigação haverá de se completar pela enunciação - aqui propositiva - das seis manifestações básicas, que configuram as regressões da personalidade, correspondentes aos seis estágios da formação da consciência moral em KOHLBERG. Dessa forma, correspondendo aos três interesses conformativos da personalidade, e correspondendo aos seis estágios no respectivo desenvolvimento, **ecocídio, suicídio, parricídio/filicídio, fratricídio, genocídio e epistemicídio**, são os atos decapitados - implicações perversas dos interesses conformativos da personalidade, que configuram as manifestações típicas da consciência regressiva.

A análise destas regressões sîgnicas, por sua vez, refere à conformação sociopolítica dos obstáculos epistemológicos, que bloqueiam a realização das respectivas funções sîgnicas no processo de desenvolvimento da consciência moral. Estes, que se designam, respectivamente, como **cientificismo, autoritarismo, totalitarismo, corporativismo, malthusianismo e fundamenta-**

**lismo**,<sup>16</sup> ganham sentido nesta articulação teórica, como expressões do desafio global que a civilização democrática enfrenta no limiar da idade pós-moderna.

Por oportuno e necessário à construção teórica que este texto empreende, passo a descrever agora, em rápidos traços, a configuração destes obstáculos e sua articulação aos processos regressivos da consciência. E, na seqüência, proponho a identificação dos três grandes vetores da barbárie, que se promove na sua esteira, como perversões dos interesses conformativos da personalidade individual e social, na seguinte correspondência: a corrupção do *poder do político* pelo **maniqueísmo**; a corrupção do *poder do psíquico* pelo **terrorismo**; e a corrupção da *fantasia* pelo **drogadício**.

### **6.1 A CONFORMAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DOS OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS AO INTERESSE DA RACIONALIDADE E A CORRUPÇÃO DO PODER DO POLÍTICO**

Os obstáculos epistemológicos à realização do Interesse da Racionalidade operam o bloqueio da capacidade de apropriação, pelos indivíduos, da sua condição cidadã, a qual requer a desocultação das relações políticas, de tal sorte que, minimamente, os agentes políticos consigam identificar seus interesses, pesar recursos e situarem-se, em bases racionais, na correlação das forças reais que determinam os resultados do jogo do poder social. A incapacidade decorrente, de se desocultarem as pulsões latentes na construção da ordem política, prejudica a validação do **Contrato Social** e o desenvolvimento de padrões de conduta consistentes aos **Princípios Universais Éticos [KOHLEBERG]**. Toma o seu lugar uma projeção perversa do **eu-todo**, onipotente e arcaico, na **dimensão do político**, promovendo-se na sua esteira o enclausuramento do Espírito Humano no estado selvagem de natureza.

No primeiro caso, a condição humana se vê reduzida à má consciência de uma estratégia de competição, num mundo dominado pela escassez, onde o único critério da sobrevivência é **exclusão/destruição massiva** dos eventuais competidores. Essa incapacidade de se equacionar, de forma proativa e sinérgica, a cooperação na satisfação das necessidades sociais, travestida em representação teórica da inevitabilidade e radicalidade do conflito e da exclusão sociais, toma a forma desse princípio incivilizatório que se convencionou designar por **MALTHUSIANISMO**. Na esteira deste obstáculo epistemológico, coonesto-se a violência bárbara do **genocídio**, na retórica do “destino manifesto”, “depuração étnica”, “patrulhamento ideológico” ou qualquer outra forma de má consciência, que implique em transgressão essencial ao compromisso da convivência regrada na sociedade política.

No segundo caso, configura-se uma efetiva inviabilização da conduta ética. O entendimento e o conhecimento, condições essenciais do agir e do fazer comunicativos, são reduzidos ao conteúdo estático de uma crença religiosa ou de uma concepção ideológica; e, como é assim bebido o Saber, é também reificado ou dogmatizado, sendo proscritas as *démarches* cognitivas, que avançam a busca da Verdade nos patamares mais elevados e universais da compreensão e da inteligência [no sentido que lhes confere **PLATÃO**]. Essa vertente do sectarismo político, que se costuma designar pelo conceito do **FUNDAMENTALISMO**, desencadeia, no seu limite, consequências típicas de um efetivo **epistemicídio**, como aniquilação, pela força e a intolerância, da diferença de pensamento. Inviabilizados, assim o discernimento político e a autonomia ética das pessoas, engendra-se a falência de uma solução democrática – racional e pluralista – aos problemas da convivência no processo civilizatório.

### **6.2 A CONFORMAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DOS OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS AO INTERESSE DA CREDIBILIDADE E A CORRUPÇÃO DO PODER DO PSÍQUICO**

Os obstáculos epistemológicos à realização do Interesse da Credibilidade operam o bloqueio das relações institucionais, de sorte a constituir-se uma personalidade politicamente equilibrada em suas necessidades de proteção e afeto. Neste plano, a incapacidade sociopolítica de se

---

<sup>16</sup> Remeto o leitor a uma primeira abordagem da conformação sociopolítica dos obstáculos epistemológicos que desenvolvi em: AYDOS, Eduardo Dutra: **UMA AGENDA POLÍTICA PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI**, texto apresentado no 2º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política, São Paulo, 22 a 26 de Novembro de 2000. Disponibilizado no site: <http://www.geocities.com/edaydos/Agenda.htm>

lograr o controle da violência e a institucionalização da autoridade, deriva-se em perversões da consciência individual e coletiva, que não logram performar os parâmetros eficientes da solução de problemas pela via da **Concordância Interpessoal**, e muito menos implementar as condições suficientes da **Manutenção da Ordem** social.

Sob o influxo dessa frustração, a formação da consciência coletiva torna-se presa fácil às projeções da personalidade, assim afetivamente castrada, nas práticas manipulatórias e repressivas, que tipificam os TOTALITARISMOS de vária estirpe (nazismo, fascismo, comunismo). Sua marca registrada é a tomada do poder pela **estratégia da violência**, correspondendo à decapitação da autoridade estabelecida (**regicídio**). Sua justificação, de um lado, remete às projeções políticas do desejo edipiano reprimido da conquista incestuosa da nação, que fomenta a derrubada e substituição da autoridade paternal do governo (**parricídio**); e de outro, à necessidade, que os novos incumbentes logo desenvolvem, de prevenir-se igual reação, por parte da população submetida, quando se obvia o fato que a estratégia da violência é incapaz de promover a paz, induzindo à decapitação da própria cidadania emergente no processo da tomada do Estado. Neste sentido, compreende a dinâmica da repressão, como reprodução do autoritarismo, que promove o **filicídio** - tema que encontra a sua representação figurada na tragédia grega, pela abdicação do poder e o auto-exílio, que simboliza a expiação/castração política, que o resgate da própria consciência impõe a Édipo-Rei.

Por sua vez, a incapacidade de assegurar-se o controle da violência, e assim a conformação da ordem pública, implica numa outra linha de **projeção das relações afetivas** sobre a dimensão do político, que se pode designar pelo conceito do CORPORATIVISMO. A desintegração das lealdades sociais horizontais na competição intra-institucional pela aprovação das hierarquias e a apropriação institucional-burocrática e particularista do interesse público, integram a conformação sociopolítica deste obstáculo epistemológico. O expurgo político, o patrolhismo ideológico, a agudização do conflito político na esfera intra-partidário, são exemplos da perversão da personalidade neste plano, que opera a internalização da violência e seu direcionamento *inter pares* no processo da vida organizacional, aqui designada pelo conceito do **fratricídio**.

### **6.3 A CONFORMAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DOS OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS AO INTERESSE DA GOVERNABILIDADE E A CORRUPÇÃO DA FANTASIA**

Os obstáculos epistemológicos à realização do Interesse da Governabilidade operam o bloqueio do conhecimento e manejo primário das condições da existência, da produção, distribuição e reprodução dos recursos sociais. Sua característica básica remete à dificuldade de se lidar satisfatória e racionalmente com desejos e temores, necessidades materiais e expectativas de vida, e deriva-se em perversões que afetam a manutenção do próprio equilíbrio orgânico da personalidade política, afetando seus padrões de **Obediência e Punição** e bloqueando sua capacidade de **Orientação Instrumental Relativista**.

No primeiro caso, essa incapacidade de partilhar o poder de realização pessoal gerado pela **fantasia**, como capacidade de viver duplamente a realidade repressiva e a o sonho libertário, a produção da vida e a incumbência da autoridade, constitui e alimenta os escapismos de vários matizes, que se podem denotar no conceito do CONFORMISMO político, levando o indivíduo a cometer, conscientemente ou não, **suicídio** – isso que vem resultar da somatização destas frustrações.

No segundo caso, a incapacidade de se aproveitar satisfatoriamente os recursos acessíveis à intervenção social, e de reproduzi-los com eficiência, caracterizando uma implementação deficiente do potencial produtivo e gestor da personalidade política, encontra a sua tipificação, no obstáculo epistemológico designado pelo conceito do CIENTIFICISMO. A extensão e a profundidade dessa doença coletiva, que engendra o *mal estar* de nossa civilização representado pelo reducionismo do processo cognitivo ao limites de uma razão meramente instrumental, repercute perversamente na base biológica da sociedade, sob a forma da agressão e destruição do meio ambiente, que podemos designar pelo conceito genérico do **ecocídio**. No processo da modernidade, os processos autofágicos que se originam na corrupção dessa função signífica, têm bloqueado à subjetividade humana a apropriação plena da capacidade de controle sobre a agenda básica da sua própria sobrevivência.



#### 6.4 **MANIQUEÍSMO, TERRORISMO E DROGADÍCIO: OS TRÊS VETORES DO CONFRONTO GLOBAL QUE ERODE AS BASES DA CIVILIZAÇÃO DEMOCRÁTICA NA SAGA DO CRIME ORGANIZADO.**

Formulados, os seis obstáculos à conformação sociopolítica da personalidade e, assim derivadas as seis regressões das funções sónicas no processo de formação da consciência moral, numa convergência teórica de KOHLBERG e MENDEL, abre-se um vasto boqueirão de implicações e conseqüências.

Uma conclusão preliminar e necessária, desde logo se impõe: que uma sociedade, surpreendida pela investigação empírica em estágio avançado de formação de consciência [segundo a escala KOHLBERG], nem por isso estará implicitamente prevenida da possibilidade de se manifestarem graves e profundas irracionalidades no seu modo de vida. De um lado, é uma decorrência teoria do conceito sociopsicanalítico que venho trabalhando, que a dificuldade experimentada por uma sociedade em avançar até o estágio final da escala proposta, redundando em “frustração” do comportamento ético não performado, afete regressivamente o seu modo de ser nos estádios subjacentes. De outro lado, a crítica do linear desenvolvimentismo no pensamento de KOHLBERG, implícita na abordagem que venho elaborando, alerta para a necessidade de investigar-se, a cada estágio performado no processo do desenvolvimento da consciência, sobre as condições efetivas desta realização – eis que haverá de se agregar à análise a distinção essencial do modo sadio ou perverso [desviado ou divergente], como se processa o seu afrontamento.

Ao mesmo tempo, percebe-se que a gravidade dos desafios, num crescendo de repercussões civilizatórias, em cada nível do desenvolvimento de consciência performado, aumenta a responsabilidade daqueles que assomam aos estádios superiores na formação da consciência moral. Isso que, afinal, corrobora a filosofia grega clássica, na sua antecipação de NIETZSCHE, que “os grandes crimes e a maldade refinada” não brotam de “alguma inferioridade”, mas sim da “plenitude da educação que recebeu”. E assim as consciências mais “desenvolvidas”, que se enquadram nesta analogia, são como “uma planta que, recebendo alimento adequado, deve necessariamente desenvolver-se e produzir todo gênero de virtudes; mas quando é semeada e cria raízes em solo impróprio, converte-se na mais daninha de todas as ervas daninhas...” [PLATÃO, 1964:179].

#### 6.5 **AS PERVERSÕES DA PERSONALIDADE E OS PROSPECTOS DA POLÍTICA DEMOCRÁTICA.**

Isso posto, caberia ainda enunciar-se, na esteira destas considerações teóricas, uma designação própria à correspondência conceitual entre: a conformação sociopolítica dos interesses epistemológicos [INTERESSES DA RACIONALIDADE, CREDIBILIDADE e GOVERNABILIDADE]; os três interesses conformativos da consciência moral [PODER DO POLÍTICO ou Eu-Político, PODER DO PSÍQUICO ou Eu-Ato, e FANTASIA ou Eu-*Todo Arcaico e Onipotente*], e as formas corruptas de sua manifestação no processo de formação da consciência moral, que passo a designar, respectivamente, como MANIQUEÍSMO, TERRORISMO e DROGADÍCIO.

- **MANIQUEÍSMO:** é o conceito que proponho, para designar o signo-interpretante das duas corrupções do **Interesse da Racionalidade**, que se representam nos obstáculos epistemológico do MALTHUSIANISMO e do FUNDAMENTALISMO. No que respeita ao processo da consciência moral, como forma desviada de realização do “*eu-político*”, o MANIQUEÍSMO corresponde à irrealização do seu desenvolvimento esperado, no nível pós-convencional [5º e 6º estádios de Kohlberg], como a convivência política regulada pelo **Contrato Social** e como orientação da conduta a **Princípios Éticos Universais**, tendo por conseqüências regressivas, no seu limite, o GENOCÍDIO e o EPISTEMICÍDIO. Assim esboçada a sua etiologia, o MANIQUEÍSMO designa essa degradação máxima do *poder do político* que é o irracionalismo – esse afrontamento à vida em sociedade que implica na absoluta negação do conteúdo racional-normativo da disciplina política – seja como recusa à tolerância do Com(viver) – pela separação absoluta entre os bons e os maus, os filhos da luz e os filhos das trevas; seja como recusa à humildade do Saber, pela invocação sectária de uma Verdade absolutista e infalsificável, e

pela condenação, de tudo e de todos que navegam além da sua fronteira, à execração religiosa, política ou ideológica.

- **TERRORISMO**: é o conceito que proponho, para designar o signo-interpretante das duas corrupções do **Interesse da Credibilidade**, que se representam nos obstáculos epistemológicos do TOTALITARISMO e do CORPORATIVISMO. No que respeita ao processo da consciência moral, como forma desviada de realização do “*eu-ato*”, o OBSCURANTISMO corresponde à ir-realização do seu desenvolvimento esperado, no nível convencional [3º e 4º estádios de Kohlberg], como **Concordância Interpessoal** e como **Manutenção da Ordem Social**, tendo por conseqüências regressivas, no seu limite, o PARRICÍDIO/FILICÍDIO e o FRATRICÍDIO. Neste patamar do processo de formação da consciência moral, o TERRORISMO designa essa corrupção máxima do *poder do psíquico*, que implica a neutralização absoluta da possibilidade de defesa ou reação pessoal ou social diante de agressão física e moral, operando cumulativamente: o apriori e gratuidade da respectiva condenação; o uso ou ameaça de uso de violência imediata, generalizada e ilimitada; e a imprevisibilidade movimentos do agente agressor.
- **DROGADÍCIO**: é o conceito que proponho, para designar o signo-interpretante das duas corrupções do **Interesse da Governabilidade**, que se representam nos obstáculos epistemológicos do CONFORMISMO e do CIENTIFICISMO. No que respeita ao processo da consciência moral, como forma desviada de realização do “*eu-todo*”, o DROGADÍCIO corresponde à ir-realização do seu desenvolvimento esperado, no nível pré-convencional [1º e 2º estádios de Kohlberg], como assimilação primária de um regramento universal da conduta, enquanto **Obediência e Punição** e como capacidade de apropriação dos recursos necessários à produção/reprodução da vida, figurada pelo conceito de **Orientação Instrumental Relativista**. Suas manifestações regressivas, configuram, no seu limite, os conceitos paradigmáticos do SUICÍDIO e do ECOCÍDIO. Nesta instância da formação da consciência moral, o DROGADÍCIO designa a morte biológica da *fantasia*, que é o domínio da *realpolitik* – a fria lógica do poder pelo poder, seja na conformação de um Estado Delinqüente (no seu limite, as milícias do terror), que representa o virtual suicídio da cidadania; seja na condição de um Industrialismo Predador (no seu limite a indústria e o tráfico da droga), que promove a sistemática destruição da personalidade e da natureza – resultando em ambos os casos numa consciência demissionária, ante o empoderamento dos processos e agentes de destruição da vida no planeta.

Assim compreendidas as categorias que designam as perversões da POLÍTICA DEMOCRÁTICA, resulta articulada, também, a visualização dos instrumentos simbólicos essenciais ao seu enfrentamento, que introduzem na agenda deste limiar do Século XXI, a defesa necessária dos postulados radicais da TOLERÂNCIA, da SOBERANIA e da DEMOCRACIA.

No postulado da **TOLERÂNCIA**, estabelece-se um ponto de convergência no processo civilizatório – uma decorrência necessária da humildade do Saber que se reconhece sempre, particular e contingente – cuja contradição é o **maniqueísmo**, essa vã e delirante absolutização de qualquer fragmento do Saber que se desvela no discurso dos homens, acarretando a separação radical e a incompreensão entre o bem e o mal, os filhos da Luz e os filhos das Trevas, o capital e o trabalho, os incluídos e os excluídos, os oprimidos e os opressores, como o único e decisivo critério de valor.

No postulado da **SOBERANIA**, radica a estratégia da liberdade que nos permite compreender e consentir para conviver – cuja contradição é o **terrorismo**, essa truculenta e ensandecida perversão da consciência, que se arroga, no solipsismo das próprias convicções, a dominação pelo medo radical – a capacidade unilateral de patrulhar, condenar e punir, na absoluta ausência de limites à escolha dos meios e no absoluto desprezo à dignidade da pessoa humana convivente e parceira desta aventura planetária.

No postulado da **DEMOCRACIA**, define-se a equação proativa, que nos impõe o discernimento e a responsabilidade da escolha, dos meios eficazes à realização do bem comum – cuja contradição, é o **drogadício**, como a recusa virtual e real da participação política na construção da vida, patologia de uma inteligência demissionária face à opacidade do mundo e as dificuldades do seu afrontamento.

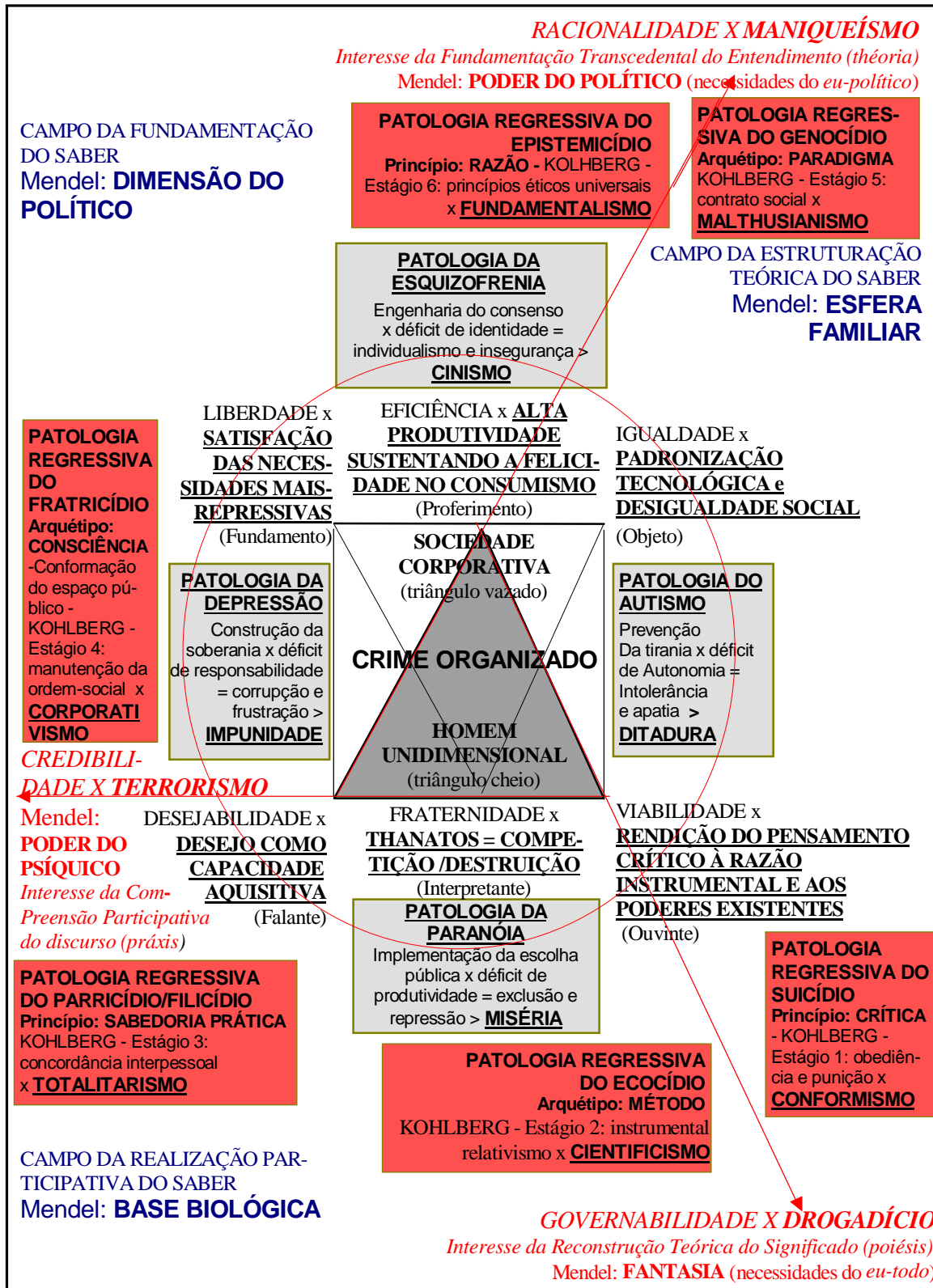
Por oposição a estes postulados, na sua especificidade e articulação, o **MANIQUEÍSMO**, o **TERRORISMO** e o **DROGADÍCIO**, que se interpenetram nas redes do **CRIME ORGANIZADO**,

projetam no horizonte as sombras do que poderá significar o fim da civilização e da política democrática. [A **Tabela 6** e o **Quadro 5**, esboçam a complexidade deste desafio.]

**Tabela 6: Configuração paradigmática das REGRESSÕES SÍGNICAS e da CORRUPÇÃO DOS INTERESSES CONFORMATIVOS da consciência**

<b>Categorias da Epistemologia de Síntese na conformação da POLÍTICA DEMOCRÁTICA</b>	<b>Funções sígnicas dos interesses epistemológicos</b>	<b>Estádios do desenvolvimento da consciência moral [Kohlberg]</b>	<b>Interesses conformativos da personalidade [Mendel]</b>	<b>Conformação sociopolítica dos obstáculos epistemológicos</b>	<b>Regressões sígnicas da personalidade</b>	<b>Corruptelas dos interesses conformativos da personalidade na configuração do CRIME ORGANIZADO</b>
Interesse da Fundamentação Transcendental do Entendimento: <b><u>RACIONALIDADE</u></b>	Princípio: <b>Razão</b>	Estádio 6: <b>Princípios Universais Éticos</b>	<b>PODER DO POLÍTICO – Necessidades do eu-político</b> [satisfação da vontade – apropriação terciária de poder social]	<b>FUNDAMENTALISMO</b>	<b>EPISTEMICÍDIO</b>	<b><u>MANIQUEÍSMO</u></b>
	Arquétipo: <b>Paradigma</b>	Estádio 5: <b>Contrato-Social</b>		<b>MALTHUSIANISMO</b>	<b>GENOCÍDIO</b>	
Interesse da Compreensão Participativa do Discurso: <b><u>CRE-DIBILIDADE</u></b>	Princípio: <b>Sabedoria Prática</b>	Estádio 4: <b>Manutenção da Ordem</b>	<b>PODER DO PSÍQUICO – Necessidades do eu-ato</b> [satisfação do afeto – equilíbrio secundário de natureza emocional]	<b>CORPORATIVISMO</b>	<b>FRATRICÍDIO</b>	<b><u>TERRORISMO</u></b>
	Arquétipo: <b>Consciência</b>	Estádio 3: <b>Concordância Interpessoal</b>		<b>TOTALITARISMO</b> [Fascismo, Nazismo, Lenínismo, Stalinismo, etc.]	<b>PARRICÍDIO/ FILICÍDIO</b>	
Interesse da Reconstrução Teórica do Significado: <b><u>GOVERNABILIDADE</u></b>	Arquétipo: <b>Método</b>	Estádio: 2 <b>Orientação Instrumental Relativista</b>	<b>FANTASIA – Necessidades do eu-todo arcaico</b> [satisfação da libido – conhecimento primário do mundo]	<b>CIENTIFICISMO</b>	<b>ECOCÍDIO</b>	<b><u>DROGADÍCIO</u></b>
	Princípio: <b>Crítica</b>	Estádio 1: <b>Obediência e Punição</b>		<b>CONFORMISMO</b>	<b>SUICÍDIO</b>	

**Quadro 5: O PARADIGMA DA PATOLOGIA DO PODER E O DESAFIO CIVILIZATÓRIO DO CRIME ORGANIZADO**



## 7 PÓS-ESCRITO

O esforço teórico empreendido neste texto ganha importância na consequência dos ataques terroristas ao World Trade Center e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001. E sugere uma conclusão – demasiado singela, talvez, face à complexidade dos temas aqui submetidos à reflexão – mas crucial no enfrentamento da crise da civilização e no repto à política democrática, que assomam à ordem do dia.

São de duas ordens os desafios que nos confrontam. Há déficits estruturais gritantes que precisam ser corrigidos nas próprias bases em que se estrutura a civilização contemporânea, mas existem também questões simbólicas a serem enfrentadas, com especificidade e consequência, que interagem na produção desta crise, como um repto à política democrática e, assim, à cidadania que a consubstancia.

Não se pode reduzir uma ordem de problemas à outra, e obviamente torna-se inviável compor uma solução genérica e unívoca para a complexidade das suas interações dinâmicas. Mas, sobretudo, não se pode ficar à margem do seu enfrentamento e urge reverter o quadro das derrotas que nos têm imposto. É preciso ter-se clareza que, no enfrentamento da crise global que ameaça os eco-sistemas da vida planetária, nossa capacidade de resposta tem ficado aquém das expectativas que nos permitam encarar o futuro com otimismo. E, de outro lado, na guerra suja do crime organizado, que movimenta recursos fantásticos de dinheiro e poder, vimos amargando pesadas derrotas e perdemos terreno sistematicamente para o tráfico e a desagregação social produzida pela violência.

Por tudo que está posto neste estudo, os acontecimentos de Washington e Nova Iorque, e a guerra no Afeganistão, têm raízes no cotidiano da vida que nos cerca e nos envolvem a todos. Nutrem sua virulência nas deficiências estruturais e nas patologias da personalidade que cultivamos em nosso entorno. E reforçam-se da insuficiência das respostas articuladas, na inconsistência das nossas próprias convicções democráticas.

Por isso mesmo, se trata de um conflito de caráter global, e que tem por consequência a mobilização das pessoas e as nações, dentro e fora dos teatros de guerra convencional.

Nos seus desdobramentos, até mesmo como condição de sobrevivência pessoal e preservação dos valores da civilização que prezamos, haverá que se redefinirem padrões de convivência regrada e se articular a defesa intransigente da esfera pública democrática, desde os círculos mais íntimos até os mais distantes, no enfrentamento das patologias do poder que esta análise permitiu identificar.

Como declarou o personagem central no final de *Traffic*, esta é uma luta que envolve muito mais do que Governos e Estados: exige instituições, exige comunidades, exige famílias, exige cidadãos e nos cobra humanidade em retorno. Mais que isso, é um conflito que, tanto quanto me alcança o entendimento e a convicção, já se encontra deflagrado e perante o qual não existe neutralidade possível.